

**NACIONAL** + pag/4

O fim da PPI e o preço dos combustíveis

**SINDICAL/APLICATIVOS** + pag/12

Uma força de trabalho precarizada e super-explorada

**INTERNACIONAL** + pag/24

Dívidas públicas nas principais economias capitalistas

## A defesa das reivindicações das massas por meio da luta de classes é o meio de combater o Arcabouço Fiscal e o governo burguês de Frente Ampla de Lula



### Abaixo a CPI contra o MST!

É preciso apoiar o MST e as ocupações de terra, contra a ofensiva reacionária da burguesia de criminalização do movimento.

+ pag/3

**BOLIVIA** + pag/20

**A direção do POR boliviano vai destruindo as conquistas programáticas de oito décadas de construção do programa revolucionário**

**SINDICAL** + pag/8

*Balanço das eleições da Apeoesp*

***Em unidade com maior parte da Oposição, direção burocrática da Apeoesp (PT/PCdoB) vence as eleições ao sindicato***

**Guerra na Ucrânia: Pela derrota militar da OTAN!**



**PPRI**

**Partido Proletário  
Revolucionário  
Internacionalista**



**ppri4.org**

[ppri.partido@proton.me](mailto:ppri.partido@proton.me)

[correntesindicalmarxistagloria@proton.me](mailto:correntesindicalmarxistagloria@proton.me) //

[correnteestudantimarxistagloria@proton.me](mailto:correnteestudantimarxistagloria@proton.me)

## **A defesa das reivindicações das massas por meio da luta de classes é o meio de combater o Arcabouço Fiscal e o governo burguês de Frente Ampla de Lula**

A aprovação do projeto do chamado Arcabouço Fiscal, na Câmara dos Deputados, por 327 votos a 108, abriu o caminho para o governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin avançar sua política econômica. Enquanto isso, nos Estados Unidos, o governo Biden negociava, com o Partido Republicano, o aumento do Teto da dívida pública, subordinado à imposição de um corte de gastos nos serviços sociais estadunidenses. Há algumas semanas, Macron aprovou, por decreto, a reforma das aposentadorias na França, para cortar gastos públicos.

Esses acontecimentos têm em comum a necessidade de fazer com que os governos (tanto nas potências quanto nas semicolônias) sejam capazes de manter o sustento do parasitismo financeiro, à custa de cortes de gastos com serviços sociais públicos. São medidas paliativas, voltadas a amenizar os efeitos da crise mundial capitalista, despejando seus custos sobre a maioria assalariada.

No caso do Brasil, o Arcabouço tem por objetivo manter os gastos públicos abaixo da arrecadação, de modo a sustentar o superávit primário, que servirá de garantia de pagamento dos compromissos com o capital financeiro parasitário ao redor da dívida pública. A principal discussão entre os partidos da burguesia esteve ao redor de que punições seriam aplicadas, caso o governo não cumpra com as metas. As punições também recaem sobre as massas assalariadas e sobre a economia do país. Ainda este ano, a indicação de não cumprimento da meta obriga o governo ao contingenciamento de recursos (cortes de gastos em saúde e educação, por exemplo). Para o ano seguinte ao não cumprimento, o aumento dos gastos será reduzido a 50% do aumento da arrecadação, prejudicando os investimentos do Estado na economia; no 2º ano, o corte será diretamente dos reajustes de salários e não contratação de funcionários.

O anúncio genérico do plano de favorecimento à indústria automotiva (com redução de até 10% dos preços dos veículos, subsidiada pelo governo federal), e mais o financiamento pelo BNDES de até R\$ 20 bilhões para a produção ao mercado interno, e R\$ 4 bilhões para o externo, criou expectativas negativas quanto à contenção de gastos embutida no Arcabouço Fiscal. Mas logo correu o Ministro Haddad a amenizar, afirmando que se trata de um plano limitado a 3 ou 4 meses, apenas para evitar as demissões e fechamento imediato de mais montadoras.

O capitalismo em decomposição precisa de subsídio estatal e aumento da exploração do trabalho para manter seus lucros, seja na produção, seja por meio da especulação. O processo de desindustrialização que acontece nas potências e nos países semicoloniais corresponde ao recuo forçado pela expansão das forças produtivas chinesas (nacionalizadas nos ramos fundamentais da economia), principalmente. Na fase do imperialismo, qualquer avanço produtivo de um país ou região somente pode acontecer à custa do retrocesso de outro/a. Os estados nacionais tiveram um salto em suas dívidas públicas, principalmente depois da crise de 2008. A estatização de dívidas de grandes monopólios e bancos permitiu ameni-

zar os efeitos iniciais da crise econômica mundial, naquele momento concentrada nos EUA, Europa e Japão. Mas esse endividamento, que hoje supera os US\$ 350 trilhões mundiais, é impagável. Ainda assim, serve para manter o sustento do parasitismo financeiro, diante de uma conjuntura mundial em que se estrangula cada vez mais a reprodução ampliada de capital por meio da exploração do trabalho assalariado (queda tendencial da taxa de lucros monopolistas).

Dentro desse contexto, o Brasil não tem como superar as tendências à estagnação econômica que se impõem mundialmente. Como país capitalista atrasado, suas forças produtivas estão subordinadas ao capital financeiro internacional. Seu Estado nacional, amarrado pelo endividamento, não pode agir como seu maior investidor interno. Sua burguesia nacional, embora mais forte que as demais no continente, está subordinada política e economicamente às potências imperialistas. O governo burguês de plantão, hoje Lula/Alckmin, tem de aplicar medidas que vão no sentido de amarrar ainda mais a possibilidade de investimento estatal, para garantir o sustento do parasitismo financeiro. Disso trata o Arcabouço Fiscal.

Essas condições materiais, econômicas, explicam por que o governo burguês de frente ampla, em uma situação de aceleração mundial das tendências de estagnação e da inflação crescente, realiza uma centralização política dos diversos partidos da burguesia, que vão da extrema direita à esquerda reformista, para votar a essência de sua política econômica. Um terço dos votos do bolsonarista PL foram de apoio ao Arcabouço Fiscal do governo. A grande maioria dos deputados dos principais partidos burgueses, MDB, PSD, União Brasil, PP, PSDB votaram a favor do governo. As maiores centrais sindicais defenderam o voto no Arcabouço Fiscal, ainda que com críticas.

Os deputados dos partidos oligárquicos buscam tirar o máximo de vantagens para despejarem seus votos. Em troca, exigem do governo mais verbas para o orçamento secreto. Exigem ampliar as nomeações de 2º e 3º escalão e nas estatais. Criam emendas em Medidas Provisórias e demais projetos para negociar com o governo.

Essas manobras alcançaram o ponto alto com a desossa dos ministérios dos Povos Indígenas (PSOL) e do Meio Ambiente (REDE), introduzida na votação da MP que reorganizou os ministérios. A transferência de funções chave destes para ministérios controlados pelos principais partidos oligárquicos burgueses deixa os ministérios do PSOL e da REDE esvaziados de poder. A base do governo votou favorável a essa manobra, e agora isso só poderá ser mudado por meio do veto do Presidente da República. Lula, em encontro na Fiesp, amenizou a questão, e disse que “agora começa o jogo político” ao redor disso. A ministra do Meio Ambiente ameaçou com a possibilidade de os recursos que estão prometidos pelas potências para serem investidos na Amazônia não chegarem. O Deputado Arthur Lira (PP) – presidente da Câmara dos Deputados – afirmou que essa manobra tinha sim o objetivo de esvaziar os dois ministérios, trazendo a demarcação das terras indígenas, ranqueamento de terras disponíveis para

exploração, Controle das Águas, etc. para os partidos que praticam a “técnica política” de todos os demais partidos burgueses oligárquicos – leia-se o fisiologismo mais descarado.

A oposição bolsonarista busca se aproveitar dos atritos entre o governo e sua base para atacar. A CPI do MST será encabeçada por dois investigados por crimes cometidos, o presidente da Comissão, pela participação na organização dos atos de 8 de janeiro em Brasília; o relator, por envio ilegal de madeira ao exterior. A instalação da CPI já levou o MST a recuar e afirmar que pretendeu apenas, com as recentes ocupações, ampliar a negociação e fazer o governo “nadar mais rápido” com os assentamentos.

A CPI dos atos de 8 de janeiro foi chamada justamente por um de seus organizadores. O governo, certo de que seria impossível evitar sua instalação, indicou o presidente e o relator, e vai tentar usar o feitiço contra o feiticeiro: expor os organizadores e apoiadores políticos e econômicos das chamadas manifestações antidemocráticas.

O governo burguês de frente ampla, de natureza pró-imperialista, manobra com a aplicação de medidas antinacionais e antipopulares juntamente com medidas assistencialistas ou populistas. Por um lado, aprova o corte de gastos (Arcabouço Fiscal), o salário mínimo de fome (com reajuste já congelado para o ano que vem), mantém a isenção do imposto de renda em R\$ 2.640,00 mensais (Lula prometeu que quem ganhasse até R\$ 5 mil não pagaria imposto de renda), não repõe a perda salarial do funcionalismo dos últimos anos, faz sua primeira privatização (Relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o de Natal (RN), com lance mínimo de R\$ 226,9 milhões. Por outro, tenta deixar o Bolsa Família e o Salário Mínimo fora do Arcabouço (a educação será subordinada ao corte de gastos, também), promete não

privatizar, extingue o PPI (embora mantenha de alguma forma a dependência dos preços externos) e reduz em reais os preços de combustíveis, anuncia um plano para automóveis para a classe média, diz que vai combater o garimpo ilegal e a exploração ilegal de madeira (mas fica só nisso).

As direções sindicais não cansam de manifestar seu apoio ao governo burguês. Anulam a independência política, de classe, das organizações de massa e dos movimentos. Mantêm a defesa de que a solução dos problemas, o atendimento às reivindicações mais sentidas pelas massas, virá num futuro indeterminado, pelas mãos do governo que chamam a apoiar hoje.

No entanto, é possível notar que, em alguns setores, manifesta-se uma disposição de luta e até de insatisfação com as direções conciliadoras. As greves em setores da educação pelo país e a votação em urnas de eleições em que se desenvolve uma oposição classista mostraram essas tendências, ainda que minoritárias – a classe operária ainda não tem saído à luta sequer para defender seus empregos.

A luta em defesa das mais sentidas reivindicações das massas (não somente aquelas que se julgam possíveis de serem atendidas pelos governos e patrões), a serem defendidas por meio dos métodos da luta de classes; a defesa da democracia operária, quando todos os que pretendam possam falar e propor livremente às assembleias, conselhos, etc.; a defesa da real independência de classe, que só pode se realizar em total oposição aos governos que impõem as medidas antinacionais e antipopulares (incluído aí o governo de Lula/Alckmin); é o caminho que permite desenvolver as tendências mais profundas de luta das massas, que poderão assim dar passos, com a ajuda insubstituível de seu partido revolucionário, em direção à revolução e ditadura proletárias. ●

**NACIONAL**

## Abaixo a CPI contra o MST!

No dia 18 de maio, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara dos Deputados, para investigar o MST e as ocupações de terras. Seu objetivo é criminalizar o movimento e os seus dirigentes. O presidente da Comissão será o deputado tenente-coronel Zucco (Republicanos-RS), que já chamou o MST de “terrorista”, e o relator será Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro. Ambos estão sob investigação por diversas infrações cometidas. Zucco, pela participação nos “atos antidemocráticos” (bolsonaristas). Salles, por esquema ilegal de exportação de madeira.

A CPI foi criada sob pressão da bancada ruralista, em resposta ao “abril vermelho”, uma série de ocupações de terras realizadas pelo MST e outros movimentos sociais do campo, para cobrar do Governo que apresente um plano de reforma agrária e destitua superintendentes do INCRA ligados ao governo Bolsonaro e ao Centrão. O Governo Lula, que tem atuado de forma “lenta”, segundo dirigentes do MST, informou que nas próximas semanas apresentará o seu plano de reforma agrária.

A Comissão, a quinta na história do MST, é mais uma expressão da violência reacionária, que se tem manifestado sob a forma de decisões judiciais e policiais de reintegração de posse, reintegrações feitas pelos jagunços dos fazendei-

ros, assassinatos de lideranças camponesas, etc. Essa ofensiva avança perante a completa inação do governo e do PT, que incumpriu suas promessas do passado. Qualquer plano de “reforma agrária” que seja apresentado, objetivará desviar as tendências de luta e disciplinar o movimento aos ditames do Parlamento, ou seja, da burguesia. A real defesa do MST será feita no momento em que os explorados da cidade, especialmente a classe operária, passem a apoiar, com os métodos da luta de classes, a luta e as ocupações camponesas. Quanto aos camponeses, precisam organizar sua própria autodefesa, perante a violência reacionária. Nenhum governo burguês dito de “progressista”, “democrático” ou “popular” pode barrar a ação repressiva do braço armado do Estado burguês, que defende a grande propriedade privada. E menos ainda cumprirá a tarefa democrática da reforma agrária. Será a aliança da classe operária com os camponeses pobres que poderá transformar a grande propriedade privada agrícola em propriedade nacionalizada (revolução agrária), quando destrua o Estado burguês e construa sobre seus escombros o Estado Operário. ●

***O PPRI se coloca contra mais esta forma de violência reacionária estatal e defende o fim da CPI contra o MST!***

## GOVERNO LULA, MESMO ANUNCIANDO O FIM DO PPI, É INCAPAZ DE CONTROLAR O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

O Governo anunciou, no dia 16 de maio, o fim da política de preços da Petrobrás, conhecida como Paridade de Preço de Importação (PPI) e a adoção de uma nova política de preços, a partir de um conjunto de parâmetros, sem uma definição clara do peso de cada um.

Para acalmar os acionistas da Petrobrás (maior parte estrangeiros) e as empresas importadoras de derivados de combustíveis, informou também que a nova política de preços vai usar o “custo alternativo ao cliente” e o “custo de oportunidade para a Petrobrás”, ou seja, usará referências de mercado. Logo após o anúncio e durante todo o dia, as ações da Petrobrás subiram, porque o “mercado” avaliou que a intervenção do Estado na empresa foi bem menor do que se esperava, e porque os preços não seriam totalmente desligados dos aumentos internacionais.

### **Anúncio de queda nos preços dos combustíveis**

Na mesma oportunidade, o Governo divulgou a redução de 12,8% no preço do óleo diesel, de 21,3% no gás de cozinha e 12,6% na gasolina.

A queda dos preços dos derivados já era esperada, porque nos últimos 12 meses houve diminuição significativa no preço do petróleo e seus derivados (expressando a estagnação da economia mundial), por exemplo, neste período, o petróleo caiu 32%; o óleo diesel, 36% e a gasolina, 35%. Além disso, houve a valorização do real e do peso mexicano frente ao dólar. Estas variações fizeram, inclusive, com que os preços estipulados pela Petrobrás estivessem, desde meados de abril, acima do PPI. Agora, após a recente redução, o preço da gasolina está 4% abaixo do PPI e o do óleo diesel, 8% menor.

### **Privatizações e perda do controle sobre os preços**

O anúncio da redução dos combustíveis se refere ao preço que a Petrobrás realiza a venda, nas suas refinarias.

Nos últimos anos, houve a privatização de duas delas, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada na Bahia, que foi privatizada em 2021, e passou a se chamar Refinaria Mataripe. É a segunda maior refinaria do país, responsável por 14% da capacidade de refino do país. Foi comprada pelo Fundo Mubadala Capital, fundo soberano dos Emirados Árabes; e a Refina-

ria Isaac Sabbá (REMAN), localizada na capital do Estado do Amazonas, que foi privatizada em 2022, e passou a se chamar Refinaria Manaus. É responsável por 2,6% da capacidade de refino do país, que abastece toda a região Norte do Brasil.

Por se tratarem de monopólios naturais, a Petrobrás não tem mais nenhum controle sobre os preços das refinarias que abastecem toda a região Norte e parte da região Nordeste. Beneficiando, assim, os controladores das refinarias e os importadores de combustíveis que atuam nas regiões.

Além disso, a BR Distribuidora foi completamente privatizada em julho de 2021, com a venda de ações para a Vibra Energia, de forma que nada impede que os monopólios que atuam na distribuição de combustíveis não repassem a queda no preço para os consumidores, nos postos de combustíveis.

Assim, pesquisa divulgada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no dia 20/05 identificou que o preço médio da gasolina caiu 0,5%, o do diesel 1,9%, e o botijão de gás não teve redução alguma.

### **Soberania nacional sobre o petróleo e reestatizações**

Como se vê, para que o Estado tenha poder real de decisão sobre o preço dos combustíveis, seria necessário reestatizar todas as empresas do setor que foram privatizadas.

O atual governo de frente ampla se mostra incapaz de realizar esta tarefa. O máximo que pode realizar são medidas pontuais, que logo se mostram insuficientes para reverter os altos preços dos combustíveis no mercado nacional, que beneficiam os acionistas da Petrobrás e as empresas importadoras.

Quanto às privatizações, embora tenha anunciado que não privatizará mais nenhuma refinaria, o Governo Lula continua realizando as concessões (uma forma de privatização) para exploração dos poços de petróleo. ●

***A política operária é de reestatização da Petrobrás e das subsidiárias privatizadas, sem indenização, e controle operário coletivo, que determinará os preços de acordo com as necessidades da maioria oprimida, e não das multinacionais!***

## Balanço dos atos de 1º de Maio em São Paulo

No município de São Paulo, ocorreram dois atos do 1º de maio, o chamado “1º de Maio Unificado”, que ocorreu no Vale do Anhangabaú, organizado por CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Intersindical (Classe Trabalhadora), CSB, Nova Central e Pública; e o “1º de Maio Classista e Independente de governos e patrões”, organizado pela Pastoral Operária e CSP-Conlutas, na Praça da Sé.

O ato do Anhangabaú foi extremamente governista. O presidente da CUT, nas convocatórias, afirmou que “vamos celebrar a nossa maior vitória nos últimos anos”, referindo-se à eleição de Lula. O ato, inclusive, contou com a presença do Presidente da República, que anunciou o aumento do

salário mínimo, de R\$ 1.302, para R\$ 1.320, um aumento de míseros R\$ 18. Nenhuma palavra foi dita sobre o salário mínimo calculado pelo DIEESE, que hoje está em R\$ 6.676,11, e que corresponderia às reais necessidades. O ato também foi festivo, contando com diversos shows de artistas.

Já o ato da Praça da Sé foi um ato onde compareceu somente a vanguarda das organizações. Esteve ausente, a classe operária. No campo internacional as falas, faixas e manifestos expressaram o alinhamento ao imperialismo/OTAN na Guerra na Ucrânia. Partidos como PSTU e POR serviram de canal para que a OTAN se expressasse no 1º de Maio “clas-

sista”. Seja com a posição defendida pela LIT/PSTU de envio de armas para o governo Zelensky, apoio à “resistência ucraniana e pela retirada das tropas russas do país (bandeiras comuns a todas as correntes morenistas, seja pelas bandeiras defendidas pelo CERQUI/POR, de retirada das tropas russas, pela integralidade territorial da Ucrânia e pela paz sem anexações). No campo nacional, por sua vez, predominaram as vacilações em defender uma oposição revolucionária perante o Governo Lula. Ao mesmo tempo em que se atacava o arcabouço fiscal e a não revogação das contrarreformas, apontavam-se os avanços na política de valorização da mulher, do aumen-

to do salário mínimo, nas medidas de combate ao racismo, a importância de sua eleição para “derrotar o fascismo”, etc. Partidos e correntes que apoiaram a eleição de Lula/Alckmin estavam presentes e expressaram a subordinação ao governo burguês de frente ampla.

O Partido Proletário Revolucionário Internacionalista (PPRI) atuou no ato na Praça da Sé, por meio de manifesto e faixa, já que foi negada a palavra no caminhão de som, com a defesa de um 1º de maio para organizar, unificar e centralizar a luta pelas reivindicações que respondem ao agravamento

da miséria, do desemprego, da destruição de direitos, do entreguismo, e de toda forma de opressão. Saudou as lutas e greves na França contra a Reforma da Previdência, defendendo a derrubada da contrarreforma, e pela derrota militar da OTAN na Guerra na Ucrânia. ●

## Manifestação do primeiro de maio – Boa Vista RR

No dia Primeiro de Maio, aconteceu um ato pela revogação da Reforma Trabalhista, Previdenciária e do Novo Ensino Médio, na sede do sindicato da construção civil (Sintracomo) em Boa Vista-RR, organizado pelas entidades SESDUF (Seção sindical dos docentes da UFRR), o Sintracomo, o Levante Popular da Juventude e a CSP-Conlutas. O ato, que contou com algumas dezenas de pessoas, entre elas, professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR), estudantes, operários da construção civil e imigrantes venezuelanos.

Alguns professores proferiram falas em favor do governo, no sentido de ter retirado o Bolsonaro e ter sido eleito um presidente “dos pobres”. A juventude do Levante também se posicionou dentro dessa mesma linha política, de organizar as lutas para defesa do governo. Algumas falas foram

mais críticas. Os sindicalizados do Sintracomo, presentes no ato, se posicionaram defendendo a necessidade da luta unificada entre os trabalhadores para melhoria do salário e da condição de trabalho, independente do governo. Nossa fala também foi nesse sentido, apontando a necessidade da independência de classe para conquistar as reivindicações, por meio dos métodos próprios dos trabalhadores.

O PPRI também esteve presente a partir de nosso manifesto do Primeiro de Maio distribuído a todos os manifestantes. Defendemos que os trabalhadores e as lutas coletivas não devem se subordinar ao governo, mas subordinar o governo às lutas. Destacamos também a necessidade de derrubar as contrarreformas trabalhista e da Previdência, que tornaram ainda mais miseráveis as condições de trabalho e de vida da maioria nacional. ●

## MOVIMENTOS / Professores do Distrito Federal e do Amazonas entram em greve

Em assembleia, no dia 04 de maio, os professores da rede pública do Distrito Federal deflagraram greve. Das reivindicações dos professores, as principais são reajuste salarial, exigência de resolução para o problema de superlotação na sala de aula, convocação de professores concursados, incorporação da gratificação de atividades pedagógicas, e melhores condições de trabalho.

O governo sancionou um reajuste de 18%, que será dividido em 3 parcelas, representando apenas 6% ao ano. Os professores não aceitaram a manobra, denunciando que esse valor não cobre as perdas salariais da categoria, que recebeu o último reajuste apenas em 2015, conforme denunciou o comando de greve do movimento.

No dia 07 de maio, a Justiça do DF determinou que os professores retornassem ao trabalho, sob pena de multa de 300 mil por dia, ao sindicato dos professores – SINPRO/DF, e corte de ponto dos participantes da greve. Em assembleia, no dia 11 de maio, os professores decidiram pela manutenção da greve, se recusando a acatar a decisão da justiça, e se mantendo firme na luta pelas pautas do movimento.

O governo, como era de se esperar, segue tentando desqualificar e desarticular o movimento dos professores, alegando que não pode atender as reivindicações. Mas, diante da pressão do movimento, apresentou uma nova proposta no dia 17, que foi negada pelos docentes grevistas, que mantiveram a paralisação. O governo informou que não faria mais nenhuma nova proposta. No dia 25, os professores esmoreceram, votando pela suspensão da greve, sem que a principal reivindicação, a de reajuste salarial, tenha sido atendida.

Mesmo assim, o Sinpro-DF considerou a greve “vitoriosa”, pois, na mesa de negociação com o governo, alcançou algumas demandas da categoria, como incorporação de gratificações como GAEE e GAZE, a nomeação de todos os aprovados do último concurso público (incluindo cadastro reserva), direito de atestado de acompanhamento, e a participação na semana pedagógica para temporários, entre outras. Medidas que, de fato, não se chocam com a política de austeridades dos governos.

Enquanto as greves forem submetidas ao governo, as lutas serão desarticuladas por ameaça de penalidades, como fez o governo do DF que, no dia 24, havia solicitado à justiça a duplicação do valor da multa de 300 mil diários ao sindicato dos professores, o bloqueio das contribuições sindicais e o corte de ponto dos professores participantes da greve. A direção do sindicato, em vez de direcionar o descontentamento dos professores para uma luta mais unida e mais forte, subordinou-se às “negociações” e à pressão governamental. Nesse sentido, quem saiu ganhando foi o governo.

Mas, apesar da derrota, a luta coletiva dos professores do DF mostrou que os métodos de ação direta, greve e paralisações sempre foram e continuam sendo os mais importantes e indispensáveis instrumentos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras; a greve também mostrou que não se pode subordinar a greve às mesas de negociações com o governo, seja qual for; que as direções, por mais pelegas e burocratas, estão submetidas à base da categoria unida; e, principalmente, que é preciso que os sindicatos elejam direções combativas, que sejam capazes de direcionar as lutas para a independência de classe, e se apoiar na força coletiva da categoria em luta.

As reivindicações dos professores do DF estão vinculadas à realidade da educação pública nacional, de perdas salariais, sucateamento da educação por falta de investimento e desvalorização da educação pública de uma maneira geral. Não à toa, os professores do Estado do Amazonas também deflagraram greve, em assembleia realizada no dia 11 de maio, em Manaus, após uma intensa campanha intitulada “Dialoga, governador”, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM) nas escolas, e que pretendia negociar o cumprimento da data-base dos docentes atrasada em dois anos.

Os professores do Amazonas exigem 25% de reajuste salarial, plano de saúde para os professores aposentados, reajuste do vale-alimentação, segurança nas escolas, entre outros. No dia 18 de maio, houve uma reunião entre o governador e o

sindicato para “negociação”, que ofereceu apenas 8%. No dia 22 de maio, em assembleia, os professores rejeitaram os 8%, e mantiveram a greve. O governo, por sua vez, informou que a greve é considerada ilegal pela justiça do Estado, estando o sindicato sujeito à multa de 30 mil por dia, e que haverá descontos salariais pelos dias não trabalhados. Além disso, conforme o Sinteam, o governo condiciona a negociação à suspensão imediata da greve.

É um erro, a greve esperar que qualquer negociação com o governo traga bons resultados para a categoria, é preciso que ele seja pressionado pela própria luta dos professores. A reivindicação de 25% de reajuste salarial tem de estar condicionada aos métodos de luta de ação direta, à greve, à paralisação, aos movimentos de rua, e não a se o governo vai ou não sentar para “negociar” ou “dialogar” com a direção do sindicato.

Três questões principais conectam os movimentos grevistas dos professores do DF e do AM. A primeira são as reivindicações dos movimentos grevistas, reajuste salarial e melhoria das condições de trabalho; a segunda é a disposição dos trabalhadores da educação em se mobilizar para combater a política dos governos, que impuseram congelamento salarial ao funcionalismo, no último período, e a terceira é que o Estado utiliza todas as suas forças repressivas para desarticular as lutas, tornando a greve ilegal, aplicando multas e ameaçando corte de salários. Diante desses pontos em comum, vemos que é necessário compreender que não se podem esmorecer as lutas por conta das pressões dos governos, mas unir cada vez mais a categoria docente de diferentes partes do país e, assim, impor que se atendam as reivindicações dos professores.

Sabemos que, para quebrar a política geral dos governos, dada pela diretriz do governo Lula, que reajustou o funcionalismo federal bem abaixo das perdas do período de congelamento de Bolsonaro, é preciso mobilizações de rua intensas, para ganhar a população, e greves poderosas, que paralise as atividades. Os governos, atrelados ao empresariado, não

querem atender à exigência de reposição salarial e melhoria da educação, já que isso demanda gastos, que elevam os salários também nas redes privadas, e investimento público, em um momento que é de contenção de gastos.

Infelizmente, sabemos que as direções sindicais utilizam as greves apenas como pressão, para chegar a uma proposta intermediária. No caso das duas redes, a do DF e a do Amazonas, as direções estiveram mais ‘radicalizadas’ porque enfrentam governos que se alinharam ao bolsonarismo nas últimas eleições e, assim, querem desgastá-los. Mesmo assim, a greve do DF recuou, por pressão da justiça burguesa e do Estado, e ausência de uma direção combativa no sindicato dos professores.

Como temos visto, aos governos não interessa atender a demanda dos trabalhadores, e melhorar os serviços públicos. Necessidades básicas, como emprego, moradia, não são atendidas, muito menos o direito à educação pública universal. Diante da crise do capital, o governo se empenha em restringir cada vez mais os gastos públicos, buscando preservar os lucros dos capitalistas. Por isso, as negociações das direções dos sindicatos, que não levam os movimentos a alcançar a vitória por meio dos métodos da luta de classes, é uma traição à luta dos milhares de professores que participam dos movimentos, reivindicando salários e condições dignas de trabalho.

É preciso que os movimentos lutem com independência de classe, subordinando os governos à pressão coletiva das massas, para que suas reivindicações sejam atendidas. O reajuste salarial tem de estar condicionado à pressão pela luta, não pela negociação. A criminalização dos movimentos, tanto do AM quanto do DF, é mais um motivo para que a greve continue. ●

***Confiar nos métodos de ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras, greve, paralisações e movimentos de rua; não condicionar as lutas ao “diálogo”; lutar com total independência de classe!***

## BALANÇO DA CAMPANHA SALARIAL DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

As mobilizações em torno da campanha salarial dos trabalhadores em educação do município de São Paulo foi iniciada pelo SINPEEM no dia 12 de maio, logo após a burocracia sindical ter cancelado as eleições para a diretoria do sindicato. Alguns dias antes da votação, que ocorreria no dia 5 de maio, a burocracia do SINPEEM convocou uma assembleia com paralisação para o dia 12, sabendo que já havia uma assembleia unificada das demais entidades sindicais do funcionalismo municipal, convocada há aproximadamente um mês, para o dia 16, o que já demonstrava que a direção do SINPEEM buscava trilhar um caminho de negociações isoladas com o governo.

Na assembleia do dia 12 de maio, compareceram apenas cerca de 4 mil trabalhadores da educação, pois, os trabalhadores estavam divididos diante desta convocação do SINPEEM e a das demais entidades (APROFEM, SINESP, SEDIN e SINDSEP) para o dia 16. A burocracia do SINPEEM iniciou a assembleia, discursando que era contrária ao regime de remuneração por subsídio, para justificar a impossibilidade da unidade na luta com as demais entidades do funcionalismo, alegando que as demais categorias já aceitaram o regime de subsídio e, que portanto, a pauta de reivindicações unitária seria incompatível.

Cláudio Fonseca/Cidadania já se tinha reunido com o governo, no mesmo dia, pela manhã, e por certo já sabia que o governo apresentaria o reajuste para educação também

na forma de subsídio; mesmo assim, fez uma encenação de que subiria para a mesa de negociação com o governo, enquanto a categoria aguardaria em manifestação em frente à Prefeitura. Nesta ocasião, houve uma defesa por parte de um militante do POR, para que a cabeça da chapa 2, Lourdes/Resistência, entrasse e acompanhasse a negociação junto à burocracia, defesa oportunista e aparelhista, pois, apresentou-se como solicitação submetida à aprovação de Claudio Fonseca, rifando o princípio classista da defesa democrática de que a categoria é quem deveria eleger representantes da base para acompanhar as negociações; ou seja, tinha como objetivo apenas garantir a participação de um representante da chapa 2, não apenas no acompanhamento da reunião com o governo, mas posteriormente na assembleia que decidiria os rumos do movimento. Não se subordina uma proposta à aceitação da burocracia, por cima da assembleia; as propostas devem ser apresentadas à assembleia, para que ela as imponha à direção burocrática.

Finalizada a mesa de negociação, a proposta apresentada pelo governo era justamente de um reajuste em forma de subsídio, de 21%. A categoria acertadamente rejeitou a proposta, porém, decidiu por nova paralisação no dia 16, em unidade com as demais categorias do funcionalismo. Não pôde demonstrar sua disposição de luta para a greve imediata, já que não houve defesa nesta assembleia, pois, tanto a burocracia como a representante da chapa 2 defenderam

nova assembleia com paralisação e indicativo de greve para data posterior. Claudio fez a defesa do dia 23, na tentativa de continuar rompendo com a unidade, mas a categoria aprovou o dia 16, defendido por Lourdes, compreendendo a necessidade da unidade. Outras correntes políticas não puderam intervir no momento da assembleia.

No dia 16 de maio, a adesão foi maior, cerca de 8 mil trabalhadores compareceram à assembleia unificada, em frente à prefeitura. No entanto, foi uma assembleia ainda mais fechada, só entrevistaram no carro de som, durante a assembleia, os membros das direções das diferentes entidades, que compareceram unificados na defesa de mais um dia de paralisação, no dia 23, todos submetidos ao calendário de negociação imposto pelo governo. Permitindo que os militantes das correntes de oposição subissem no caminhão apenas após a assembleia, ou seja, sem possibilidade de interferir nas decisões já tomadas.

No dia 23 de maio, a adesão ao movimento se ampliou ainda mais, a imensa maioria das escolas fechou, inclusive escolas que não têm histórico nenhum de paralisação. Todo o Viaduto do Chá e a avenida Líbero Badaró estavam tomados por aproximadamente 12 mil trabalhadores, que bloquearam essas avenidas durante a assembleia. Essa assembleia foi extremamente controlada pelas burocracias sindicais. Novamente, só discursaram no carro de som os membros das direções sindicais e alguns convidados, que eram identificados com uma pulseira para subir no caminhão. Dentre os convidados, discursou a presidente da APEOESP, Maria Isabel, e o presidente da CUT Estadual, Douglas, ambos apoiando o movimento, e ressaltando que a mobilização já era vitoriosa, por fazer o governo recuar da proposta de subsídio, isso por que, antes da assembleia, a prefeitura já havia publicizado a nova proposta do governo, que retirava o regime de remuneração por subsídio, e apresentava 5% de reajuste para todas as categorias do funcionalismo municipal.

A intervenção de membros da direção de todas as entidades sindicais, todas com o mesmo conteúdo, foi: caracterização de vitória nas negociações com o governo, pois, o fez recuar na proposta de subsídios, e apresentar um índice de 5% de reajuste para todo funcionalismo, quando, desde 2015, a maioria vem recebendo 0,01%. Logo após as defesas, foi encaminhada a votação em assembleia, com encaminhamento único – de rejeitar a proposta do governo ou de “não rejeitar”, e, como encaminhamento para ambas as propostas, continuar pressionando o governo, com mais uma paralisação para o dia 01 de junho. A proposta de greve imediata seria apresentada pela frente Unidade independente, classista e combativa (PPRI, LOI, OASL e independentes), que distribuiu material com esse conteúdo, mas foi impedida de falar na assembleia.

Na assembleia de 1 de junho, a aceitação da proposta do governo pela burocracia serviu à desmobilização de uma parcela da categoria, especialmente entre os ATEs, agentes escolares e contratados da Educação. Contudo, a proposta do governo, na verdade, permaneceu essencialmente a mesma, adendando apenas a formação de “grupo de trabalho” sobre saúde mental dos servidores e um novo abono complementar de piso para o quadro de apoio em início de carreira, sendo 30,5% para os ATEs (piso foi de R\$ 2.130,74 para R\$ 2.780,61), e 7,8% para os agentes escolares (piso foi de R\$ 1.878,60 para R\$ 2.025,13). As direções sindicais apresentaram-nas como se fossem grandes conquistas, e agora só restava aguardar a tramitação do PL desse acordo entrar na pauta da Câmara para pressionar os vereadores, para que incluam no PL índice maior de reajuste, incorporação dos abonos comple-

mentares de pisos, fim do confisco previdenciário e demais reivindicações. Sendo assim, a burocracia defendeu a não rejeição da proposta, e retomar o movimento posteriormente em torno da pressão parlamentar na Câmara.

Setores da base, com a participação das correntes políticas de oposição, presentes na assembleia, aos gritos, exigiram o direito de intervenção com suas propostas de encaminhamento, que se diferenciavam da proposta da burocracia. Sob pressão deste setor radicalizado da assembleia, as direções posaram de democráticas e, escolheram a dedo a cabeça da Chapa 2, Lourdes/Resistência, para supostamente falar pela base. Ela não tinha qualquer proposta divergente quanto a encerrar o movimento, e apresentou apenas dois adendos à proposta da burocracia: a) encerrada a assembleia, mobilizar até a Câmara de Vereadores e b) que se incorporasse à proposta negociada um grupo de trabalho sobre condições de trabalho e as condições para a inclusão escolar. Subiu, junto à Lourdes, para complementar sua fala, um militante do POR, que propôs uma nota de repúdio à criminalização do MST, e que a marcha fosse à Av. Paulista, tentando assim “radicalizar” a proposta de sua companheira de chapa. Nenhuma das falas desses “oposicionistas” divergiu do encaminhamento dado pela burocracia, que era de aceitação da proposta do governo e encerramento do movimento. Como gritávamos “greve”, na tentativa de poder subir para fazer a defesa da continuidade da luta por meio da greve, o militante do POR foi obrigado a se posicionar contrário à greve naquele momento, pois, segundo ele mesmo disse, avaliava que já não existia mais disposição de luta da categoria, comprovada, supostamente, pela diminuição do comparecimento dos trabalhadores nessa assembleia. O certo é que sua proposta de “adendo” confluiu com a burocracia em encerrar o movimento, jogando a responsabilidade pela finalização da campanha salarial sobre os próprios trabalhadores. O que todos viram foi que o burocrata mor, Cláudio, mais uma vez, conseguiu abortar o movimento dos professores. Nisso, foi ajudado pela subordinação da encabeçadora da chapa 2, e esta, por sua vez, contou com a subordinação do POR no seguidismo à direção burocrática do sindicato. A única proposta de greve foi defendida no boletim da Chapa 3, que foi impedida mais uma vez de se pronunciar na assembleia. Assim, o movimento foi encerrado, e a disposição de luta do funcionalismo foi abortada.

A conclusão que tiramos do movimento do funcionalismo em torno da campanha salarial é de que, existindo uma forte disposição de luta do funcionalismo municipal, para lutar pelo salário e por melhorias nas condições de trabalho, que impôs a luta unificada, foram impostos ao movimento, o bloqueio e os obstáculos erguidos pelas suas direções sindicais burocratizadas, que impediram o avanço da luta de classes, para conciliar com o governo algumas migalhas, isto porque têm interesses particulares, corporativistas. Essa tendência de luta, demonstrada pelo funcionalismo na cidade de São Paulo, é parte da tendência mais geral de luta que vem sendo demonstrada no país, a exemplo das greves na Educação no Rio de Janeiro, no Amazonas e no Distrito Federal, todas tendo como centro a pauta econômica. Mas que não puderam se projetar em um movimento nacional unificado, por conta do governo e corporativismo das direções.

Neste processo de conciliação entre o governo e as burocracias sindicais, fica evidente que o regime de subsídios tem sido utilizado para negociar reajustes rebaixados, a exemplo dos 5% no ano passado, e agora. O que não significa que o governo não tenha interesse de impor o regime de subsídios,

e que inclusive pode recolocá-lo a qualquer momento, por meio de projeto de lei via Câmara de Vereadores, mas, enquanto não encontra o momento mais favorável, vem aproveitando para negociar migalhas com a burocracia sindical.

No caso do SINPEEM, sindicato da Educação com maior poder de mobilização, a burocracia precisava comparecer diante da categoria com alguma negociação que pudesse chamar de vitória, que este ano foi o suposto recuo do governo no regime de subsídios, para, em seguida, retomar as eleições para diretoria do sindicato. No entanto, o fator determinante para quebrar com a possibilidade da greve na cidade de São Paulo se encontra acima das burocracias das entidades municipais, encontra-se na orientação das burocracias estadual e federal (APEOESP e CUT), que inclusive estiveram presentes na assembleia do dia 23, de preservar a governabilidade do governo burguês de frente ampla Lula/Alckmin. Fator que impôs a primeira demonstração prática da ausência da independência de classe, não apenas das burocracias na direção dos sindicatos, mas das correntes supostamente de oposição, no caso do SINPEEM, as que compõem a oposição unificada/chapa 2, submetidas à política governista.

Portanto, a assembleia do dia 01 de junho demonstrou

que a burocracia havia conseguido quebrar parcialmente a disposição de luta de uma parcela da categoria, ou seja, uma parte dos trabalhadores não viram mais sentido em uma luta fragmentada, após a aceitação da proposta do governo. Porém, também existia, por outro lado, um sentimento de indignação, pelo acordo ao redor dos míseros 5% de reajuste, o que manteve um alto índice de paralisação nas escolas, mesmo que nem todos comparecessem à assembleia, oscilação comum nos movimentos na educação, antes de se iniciar uma greve. O que significava tentar impulsionar a luta a partir da disposição que ainda existia, apoiar-se no setor disposto à luta e tentar desenvolver as tendências de enfrentamento ao governo a partir dele. Esse é o papel dos revolucionários, diante de um acordo extremamente rebaixado imposto pelo governo. Neste sentido, é necessário continuarmos trabalhando para que as próximas lutas do funcionalismo se coloquem imediatamente pela luta unitária em torno das reivindicações mais sentidas da classe, o que exige que os trabalhadores ultrapassem as direções pelegas, rejeitando os métodos burocráticos nas assembleias, e imponham aos burocratas a democracia operária, só assim avançaremos na defesa dos métodos da luta de classes. ●

## **Em unidade com maior parte da Oposição, direção burocrática da Apeoesp (PT/PCdoB) vence as eleições ao sindicato**

As eleições da Apeoesp, realizadas depois de seis anos, deram uma ampla vitória à Chapa 1, da situação, que obteve 82,78% dos 50.980 votos apurados. A chapa 2 (oposição combativa) teve 12,25%, e a chapa 3 (UP), 2,83%. Esses percentuais se referem aos votos válidos. O número de votantes foi bem menor do que em eleições anteriores (a última teve cerca de 83 mil votos), o que indica o desânimo de parte da categoria com o sindicato, mas também as manobras da burocracia para que urnas oposicionistas não se estabelecessem ou pudessem carregar votos de oposição.

Em grande medida, a vitória da chapa 1 reflete a unificação dos partidos e correntes políticas governistas (base do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin), daquelas que antes se manifestavam como situação e oposição (basicamente, PT e PSOL). O deslocamento de grande parte da antiga “Oposição Unificada” para a chapa da burocracia sindical, encastelada no sindicato há 30 anos, permitiu que direção petista/pecedobista, que se apoiava na votação do interior e vinha perdendo as eleições em anos anteriores, na capital e Grande São Paulo, passasse a conquistar a maioria dos votos aí também. A burocracia sindical conseguiu, assim, conquistar subsedes que historicamente estiveram sob a direção da Oposição, e ampliou sua força no sindicato. Restaram aí, como oposição, apenas subsedes da Lapa, Mauá e Santo André.

### ***Por que a direção burocrática e conciliadora venceu com tanta força***

As condições de vida e trabalho dos professores só têm piorado nos últimos anos. Além de salários arrochados, sofrem desde a atribuição de aulas, passando pela extensão da jornada e eliminação ou redução de matérias na grade curricular, até o confinamento nas escolas de tempo integral, que são meios de ampliar a exploração do trabalho docente e expulsar os estudantes trabalhadores das escolas. O descontentamento, então, é muito grande.

No entanto, a maior parte dos partidos e correntes polí-

ticas impõem à categoria seu imobilismo, cretinismo parlamentar e política de conciliação de classes. Tem grande influência no agravamento dessa situação, a política governista da maioria. O alinhamento e subordinação à eleição e sustentação do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin influenciou todas as atitudes da grande maioria dos partidos e correntes políticas da esquerda. O alinhamento da burguesia ao redor da mudança de governo, sob o discurso da defesa da democracia burguesa, impôs uma centralização política que se estendeu e penetrou em quase todas as correntes políticas burguesas e pequeno-burguesas, que trouxe, de um lado, setores da direita bolsonarista para as bases de sustentação do governo, e de outro, o deslocamento e subordinação de setores inteiros da esquerda pequeno-burguesa autointitulada classista ou marxista para sua base social de sustentação. Setores que controlam a maior parte das organizações de massas, desde as centrais sindicais, até os sindicatos e demais movimentos populares. Segundo essas direções, ou mesmo oposições, a principal tarefa do momento é a defesa da democracia, o apoio e sustentação do novo governo contra a “ameaça” da extrema direita, e assim trata-se de não radicalizar os movimentos, não levantar as massas em mobilização por suas reivindicações, aconselhar que aguardem pelas medidas do governo que apoiam ou votaram, e que virão por meio das instituições da democracia burguesa, ou seja, do parlamento, do judiciário, das mesas de negociação e conciliação, etc. Criaram-se verdadeiros piquetes antigreves nos sindicatos e centrais sindicais.

Pouquíssimas correntes políticas não seguiram esse caminho. E mantiveram-se em defesa da independência de classe, o que só se realiza por meio da luta em defesa das reais necessidades das massas, contra todo e qualquer governo burguês.

### ***A traição da maioria dos setores de oposição***

A unidade da maioria dos setores da oposição (PSOL) com a direção burocrática conciliadora (PT e PCdoB) não

apareceu apenas na composição da chapa 1. Ela vem desde o ano anterior. Sua raiz está na unidade para eleger o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, sustentá-lo e participar dele, ainda que como coadjuvante, sem poder de interferir nas principais políticas governamentais. É evidente que o PSOL se encontra nessa situação de impotência absoluta, mas também o PT tem de submeter-se aos desígnios da “Frente Ampla” (MDB, PSD, União Brasil, etc.).

O PSOL foi a maior força política dentro da antiga Oposição Unificada. Essa oposição foi construída a partir da necessidade de organizar uma força unitária de combate à direção burocrática da Apeoesp, a partir da defesa de 3 pontos: a luta em defesa das reivindicações, a democracia sindical e a independência política. Ainda que com diversos pontos e programas divergentes entre si, os partidos e correntes que a organizavam conseguiram disputar e inclusive vencer a direção burocrática na capital e na grande São Paulo, dirigindo assim várias subsedes, que se tornavam em referência de mobilização para os professores, durante vários anos. Onde não venciam, obtinham votação expressiva, o que permitia à oposição travar a disputa política com a direção burocrática e conciliadora.

O fraturamento da Oposição pelo PSOL, pela maioria de suas correntes, foi uma traição a essa trajetória. Permitiu à direção burocrática retomar o controle de várias subsedes, fortalecendo o seu controle sobre o sindicato. Hoje, a organização sindical está mais burocratizada e monolítica em relação à conciliação de classes. E isso sob a responsabilidade dos setores da Oposição (PSOL), que migraram para a situação.

Também levou a um brutal enfraquecimento organizativo da oposição, que teve de se assentar numa frente entre o PSTU e correntes menores.

### ***A boa votação onde houve campanha de setores classistas da oposição***

O enfraquecimento da Oposição em nível geral não eliminou a possibilidade de organizar campanhas classistas e com independência de classe nos locais onde esta tinha intervenção de base. Em contradição com a política geral da direção do sindicato, organizaram-se campanhas que foram às escolas defender que se votasse numa posição política de real independência de classe, mas também de defesa da prática de uma vanguarda que respondeu cotidianamente aos problemas da categoria, e também aos interesses gerais das massas.

As eleições deste ano tiveram muitas fraudes, amplamente denunciadas pela oposição nas redes sociais. Assinaturas idênticas em várias votações; urnas não lacradas e ou violadas; pilhas de cédulas depositadas juntamente, dobradas e compactadas nas urnas; urnas que não foram aos locais de votação; supressão de locais de votação, etc. Os burocratas sindicais, onde não foi possível vencer apenas pelo uso do poder do aparato, usaram de todos os meios para impedir qualquer expressão oposicionista entre os professores nas escolas.

Dessa forma, onde a oposição se apresentou como expressão de uma militância anterior de defesa das reivindicações, dos métodos de luta, da democracia sindical e da real independência de classe, os professores a apoiaram.

Isso mostrou que, se a oposição pudesse ter organizado uma forte atuação em mais subsedes, teria permitido aos professores manifestar sua insatisfação com as condições de vida e trabalho, e também com a direção conciliadora e burocrática do sindicato.

### ***A vitória nas escolas no Litoral Norte***

A burocracia sindical sabia da situação desfavorável a ela nas escolas das cidades do Litoral Norte. Um trabalho de base persistente se tem desenvolvido ali. A campanha foi levada

pela Oposição às escolas, por meio da atuação da Corrente Sindical Marxista G. Lora (PPRI) e independentes. Os professores mostraram simpatia pelas propostas da oposição.

No entanto, a direção regional da burocracia reduziu drasticamente o número de urnas para votação dos professores nas suas escolas, de 10 urnas, para apenas 6. Essa manobra impediu que muitos professores, que tinham se filiado ao sindicato na perspectiva de apoiar a oposição, pudessem votar. Mais ainda, a burocracia tentou invalidar uma urna da oposição, de forma a anular a vontade dos professores depositada nela. Em outra urna, o pelego fez pressão sobre os professores da categoria O para depositarem seus votos na chapa 1. Mas o resultado final, de 199 votos para a chapa 1 e 179 votos para a chapa 2, tem por trás a vitória da oposição em 4 das 6 urnas da eleição na região. Essas 4 urnas tiveram ampla maioria de votos na oposição. Apenas na urna de aposentados e na escola em que os professores da categoria O foram pressionados a votar na chapa 1 é que a burocracia venceu.

### ***A vitória da Oposição em Mauá***

A oposição em Mauá conseguiu derrotar a burocracia da chapa 1. Ainda que por uma votação apertada no geral, 262 a 241, também na cidade, a maioria das urnas deu o voto à oposição. Na região, a burocracia não tem participação nas tarefas da direção e organização da subsele. O setor da Oposição Revolucionária deixou formalmente a direção regional há algum tempo. São as correntes que integram a chapa 2 que têm tocado o trabalho sindical e de mobilização na região. A campanha da chapa 2 teve de enfrentar o aparato da chapa 1. Ainda que minoritária no quadro mais geral das eleições, a campanha da chapa 2, assentada na defesa da real independência de classe diante da burguesia e de seus governos, partidos e instituições, conseguiu expressar o descontentamento dos professores com a situação vivida e com a direção encastelada no sindicato. A Corrente Sindical Marxista G. Lora, ao lado da LOI e independentes, mostrou que é possível fazer o trabalho de base junto aos professores e, a partir de suas reais necessidades e organização, ajudar os professores a superarem a direção burocrática e fazer do sindicato, nesse caso, em nível regional, um instrumento de luta pelas reivindicações, por meio da mobilização, com democracia sindical e real independência de classe.

### ***A necessidade de se organizar a oposição pela base***

A expressiva votação dos professores na chapa 2 de oposição onde esteve presente uma política de real independência de classe mostra que é possível avançar por esse caminho. A traição de setores da oposição, que se deslocaram para o apoio ao governismo em unidade com a direção burocrática, selou seu destino como correntes que praticam o eleitoralismo e a conciliação de classes. Mas é possível reconstruir a oposição em nível estadual, a partir da organização ao redor de um programa combativo, com democracia sindical, e de defesa da real independência de classe. Essa reorganização tem de se dar por meio de um forte e organizado trabalho de base. A situação geral é a de ataque da burguesia e de seus governos à educação em geral, e à pública em particular. Nenhum governo burguês, nenhuma pressão parlamentar ou à justiça burguesa, será capaz de defender as condições de vida e trabalho das massas.

Será por meio do avanço da luta de classes, e da organização ao redor da política proletária e revolucionária para a educação, que será possível erguer uma oposição sindical capaz de derrotar a burocracia e seus novos aliados governistas. A Corrente Sindical marxista G. Lora (PPRI) trabalha por essa perspectiva. ●

## TRABALHADORES POR APLICATIVOS

# Organizar uma greve nacional e radicalizada para impor ao patronato as reivindicações com a luta de classes

Foi anunciada para junho, uma manifestação dos trabalhadores dos aplicativos. O aumento da exploração pelas multinacionais, donas das plataformas virtuais (aplicativos), a precarização das condições de trabalho, a extensão e a intensificação da jornada de trabalho, o crescimento de casos de mortes e invalidez física por acidentes, roubos e violência exercida por clientes, etc., impulsionam permanentemente a revolta dos trabalhadores, em luta por condições mais dignas de trabalho e de melhores salários. Foram essas mesmas brutais condições que deflagraram as greves de 2020 e 2022.

As centrais sindicais e o governo anunciaram que, em fins do semestre, se apresentará um projeto de lei, objetivando incorporar os trabalhadores do setor à CLT, e regulamentar a atividade das empresas que dominam o mercado. Para fins de semestre, aguarda-se também que seja apresentado no Congresso o projeto de lei de Reforma Sindical (ver nota do jornal OI nº3, de maio).

## Centralização política governista

A proposta do governo burguês de Lula/Alckmin e das centrais sindicais despertou ilusões entre os trabalhadores, particularmente entre suas lideranças, que apoiaram sua campanha eleitoral, e declararam apoio ao governo recém-eleito. Em 9 de abril, a reunião do Fórum das Centrais Sindicais aprovou unanimemente a incorporação desse ponto, dentro do projeto de Reforma Sindical. Em nota, as direções das centrais pronunciaram-se ainda a favor de incorporar os trabalhadores do setor à CLT, garantindo para eles os direitos trabalhistas conquistados (descanso semanal, férias, aposentadoria, etc.) e registro em carteira, e que seus salários sejam definidos em convenções coletivas, que seja garantido seu direito à livre sindicalização, dentre outras reivindicações e garantias para todos os trabalhadores ligados à prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas, etc.

Os burocratas sindicais almejam aproveitar-se da reivindicação de sindicalização, legítima aspiração surgida dos trabalhadores do setor, para poder ampliar seu poder de barganha com o patronato, e garantir uma fonte adicional de financiamento de seus aparatos via “taxa negocial”, das convenções coletivas. Por sua vez, a inclusão de motoristas e de entregadores na “Pauta da Classe Trabalhadora”, que nor-teia a colaboração de classes das centrais com o governo e a burguesia, objetiva a que a formação de uma nova organização sindical esteja, já no seu nascedouro, sob controle das direções burocráticas, e a serviço do objetivo de avançar à centralização política governista.

A experiência da luta de classes demonstra que os sindicatos são produto da necessidade dos trabalhadores de enfrentar a burguesia, combater a exploração, e impor suas reivindicações e direitos com seus próprios métodos. Aqueles que procuram criar uma organização sindical para conciliar com o patronato e o governo, controlada e manejada por uma casta parasitária de burocratas sindicais, usurpam

dos trabalhadores o direito de constituírem, de modo independente, os seus organismos. A construção de um sindicato independente, democrático e de luta, e a conquista da regulamentação trabalhista, precisam caminhar juntas, e serem produto da luta de classes e da ação coletiva das bases.

## Obstáculos colocados diante do objetivo do governo e Centrais

O problema é que o patronato das plataformas e as empresas terceirizadas, criadas ao redor dessas, resistem a modificar as condições trabalhistas e salariais, que resultam em elevados lucros. Incorporar seus trabalhadores no quadro da CLT significaria “legalizar” a relação de dependência entre empregador e empregado, hoje burlada por trás dos “contratos temporários” e do “trabalho autônomo”, que impõem jornadas de trabalho esmagadoras com salários miseráveis, ao mesmo tempo que impõe aos trabalhadores arcarem com os custos de seus instrumentos de trabalho, segurança, refeição, etc.

O objetivo do governo não é afetar os negócios desses capitalistas, mas incorporar as empresas ao quadro tributário e jurídico que impera em todas as esferas em que atua o capital. Mas, também contar com novas fontes de recursos para firmar a “âncora fiscal”, orientada a pagar a dívida externa para preservar os interesses parasitários do capital financeiro. Em última instância, trata-se não apenas de ajustar o funcionamento das empresas do setor às condições institucionais que regem o conjunto dos negócios burgueses, mas subordiná-las por essa via aos objetivos traçados pelo capital financeiro.

Não se pode desconhecer tampouco que a aprovação da Reforma Trabalhista, e a farta proteção jurídica legal erguida em favor da terceirização e da precarização trabalhista, já incorporaram à legislação medidas e métodos que permitem ao patronato “burlar” abertamente a CLT, e continuar obtendo elevados lucros. Ou seja, as condições para a regulamentação do setor, que preservam em grande parte as relações de exploração assalariada favoráveis aos interesses do patronato, já estão vigorando.

Daí que a regulamentação do setor, além de seu objetivo econômico, tem um claro objetivo político: oferecer às empresas de plataformas e às terceirizadas garantias adicionais de um maior controle do movimento e de seu “futuro” sindicato. Centralizar esse numeroso contingente de força de trabalho (1,66 milhões de trabalhadores) favorecerá as empresas, em seu objetivo de se apoiar no governo contra os movimentos e greves que possam vir a explodir, por impulso da revolta de suas bases.

## Ensinaamentos e lições das greves passadas

Em 2020, aconteceu a primeira greve dos entregadores, que assinalou uma via de ruptura com a passividade e demonstrou sua força coletiva. Houve ainda paralisações dos motoristas. Ambos os movimentos mostraram a importância das ações de massas para afetar os lucros das empresas.

Porém, não confluíram em uma ação unitária e em reivindicações comuns contra as multinacionais que controlam suas atividades. Foi apenas em 2022 que houve uma manifestação conjunta a qual apresentou, ainda que de forma difusa, um programa de reivindicações comuns. Mas, também deixaram explícitos os obstáculos que existem para avançar à luta unificada: a ausência de uma organização sindical única e de uma direção eleita que apresentasse e defendesse, de forma unitária e coesa, suas reivindicações.

Foi essa ausência, por exemplo, quando da paralisação dos entregadores de *iFood*, em 2022, que favoreceu a empresa, dividindo o movimento, com a oferta de um “adicional por corrida” de R\$ 1,5 por quilômetro, e mais R\$ 3 de “promoção”, a quem continuasse a trabalhar, levando assim um setor a não aderir à paralisação. Isso explica porque, neste ano, além das reivindicações econômicas mais sentidas e imediatas, ergue-se a bandeira ao direito de sindicalização como reivindicação. Isto tampouco significa que a sindicalização acabará com o divisionismo e a concorrência que leva os trabalhadores individualmente a furarem greves e aceitarem as migalhas sob ameaça do desemprego, ou sob a necessidade de levar comida à mesa. Mas, é com seu sindicato que começarão a opor resistência às empresas, e combaterão de forma coesa por suas reivindicações contra o patronato, que age coesamente como classe.

### **Bases para um “programa mínimo comum” de reivindicações**

Na greve de motoristas e de entregadores em 2022, foi apresentado, de forma conjunta, um “programa mínimo”, que continha a defesa de: **a)** que as “plataformas” reduzam a porcentagem que recebem e ampliem o repasse aos trabalhadores; **b)** que se fixe um valor mínimo por “corrida” e por serviço oferecido; **c)** que se reajuste o valor mínimo do quilômetro para todas as “corridas” (esta reivindicação é uma ponte para conciliar com os patrões que se elevem as tarifas, aumentando seus lucros, o que não devemos defender, pois, joga o aumento dos ganhos dos trabalhadores para outros trabalhadores, e enriquece ainda mais as empresas – defendemos o aumento do ganho dos trabalhadores por meio da redução dos ganhos dos capitalistas); **d)** que haja pagamento do tempo gasto na corrida e pelo deslocamento até o cliente; **e)** que as empresas apresentem informações específicas e claras do local de destino; **f)** que se garantam, no caso de motoristas, condições para oferecer seus serviços em aeroportos e em terminais rodoviários, a exemplo dos táxis; **g)** que se garantam as mínimas condições de segurança no trabalho, que ficaria sob responsabilidade das empresas; dentre outras. Esse “programa mínimo”, ainda que insuficiente e muito limitado, foi um primeiro passo dado pelos trabalhadores para unificar suas reivindicações. Defendendo a livre associação sindical, a incorporação das conquistas da CLT e a igualdade de direitos trabalhistas com os demais trabalhadores, deram mais um passo.

Está aí a base objetiva para que as próximas lutas e greves possam avançar ainda mais à unificação e fortalecer a coesão organizativa dos trabalhadores do setor. Entretanto, para que essas possam vir a ser um passo objetivo na luta comum sob o programa e os métodos da luta de classes, está colocada a tarefa de a vanguarda classista impedir que sua força coletiva e revoltas instintivas contra a exploração capitalista acabem sendo abortadas e depois desviadas para a colabora-

ção de classes, com o patronato e o governo.

### **Unir a luta pelas reivindicações à luta revolucionária**

Seria um passo progressivo que os mais de 1,66 milhão de trabalhadores do setor formassem um sindicato único, criando assim as condições para mudar em seu favor as relações de força com seus exploradores, visando impor-lhes, com a ação direta de massas, melhores condições de trabalho e salários. Mas, sem contar com uma fração organizada sob o programa e estratégia revolucionárias do proletariado, acabarão impondo-se as manobras e interesses governistas e das direções sindicais conciliadoras.

Está aí porque se deve travar o combate para não subordinar suas lutas, reivindicações e sindicalização ao calendário e interesses do governo e das direções burocratizadas. Convoacar uma greve nacional unificada sob um programa comum, com a ação direta de massas e organizada democraticamente desde as bases, é o caminho para conquistar suas reivindicações e erguer um sindicato baseado na real independência de classe e na democracia direta (operária). Um sindicato surgido nessas condições ajudaria a forjar uma direção classista submetida ao controle das bases, e se constituiria em um alicerce contra o aparelhismo divisionista das Centrais e a conciliação de classes com os capitalistas e seus governos. ●

#### **PARALISAÇÃO DOS MOTORISTAS POR APLICATIVOS**

### **Organizar uma greve nacional pelas reivindicações**

Em 15 de maio, os motoristas de aplicativos (Uber e 99) paralisaram suas atividades em 6 estados. Exigiram imediato aumento de R\$10 para os valores mínimos em corridas de até três quilômetros, e R\$2,00 por cada quilômetro rodado (hoje é de R \$1,30, estando congelados há oito anos). Isto enquanto aumentaram os gastos em manutenção e aquisição de novos carros, e as empresas recebem ainda 50% a 80% das tarifas cobradas aos passageiros. Situação essa que obriga muitos a trabalharem para as duas empresas (Uber e 99) para completar a renda, ficando até 18 horas por dia nas ruas.

A paralisação dos motoristas indicou as tendências de luta existentes no setor contra as brutais condições de trabalho e os miseráveis salários. A principal reivindicação coletiva é o imediato reajuste das porcentagens distribuídas à empresa, limitando-os a 20%, e que o restante seja repassado aos trabalhadores, além do referido reajuste dos preços por quilômetro e por corrida. Este “adendo” do reajuste dos preços serve de meio para se conciliarem os interesses de empresas e motoristas, jogando o custo para os demais assalariados. Essa via deve ser rejeitada, a luta é contra os patrões e não ao lado deles. Para conquistar a maior parte do que é arrecadado com as viagens, os motoristas devem começar a preparar, desde as bases, uma greve nacional unificada junto aos entregadores, baseada nos métodos de luta próprios. ●

## TRABALHADORES POR APLICATIVOS

## Uma força de trabalho precarizada e super-explorada

Segundo uma pesquisa da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o setor de serviços por aplicativos é fonte de renda para 1.274.281 motoristas e 385.742 entregadores. 48% dos entregadores e 37% dos motoristas continuam a realizar “outras atividades remuneradas”. A “renda média líquida” (descontada as despesas) é entre R\$ 2.925 e R\$ 4.756 para motoristas, e de R\$ 1.980 a R\$ 3.039 para entregadores. A média de horas trabalhadas por semana são entre 22 e 31 (motoristas) e entre 13 e 17 (entregadores).

Embora os dados demonstrem que essa massa de trabalhadores ganhe pouco, a pesquisa se mostra falha, ao não discriminar a relação entre a média salarial e as despesas particulares de cada função. As despesas de motoristas e de entregadores, em reposição ou manutenção de seus instrumentos de trabalho, são diferentes. Tampouco se discrimina e/ou especifica o que se passa com aqueles serviços que se realizam por meio de “ações mecânicas” (93% dos entregadores), submetidos a um desgaste físico e psíquico elevado, e cujas “despesas” para uma “normal” reposição da força de trabalho (saúde, alimentação, moradia, etc.) é diferente a da dos motoristas. Menos ainda se tem em conta, nas referidas “médias”, os valores e as despesas diferentes quando o trabalhador tem família ou dupla jornada, ou não. O que permitiria demonstrar, por trás das estatísticas gerais, que a média salarial está longe de dar conta dos gastos necessários para a manutenção e reprodução da força de trabalho (incluída a família) e os instrumentos de trabalho, nas condições de superexploração.

### Motoristas

95% dos motoristas é homem, com média de idade de 39 anos. A maioria se “reconhecia” como negra ou parda. Quanto à sua especialização, 60% tem, ao menos, ensino médio completo, e 19% (240 mil pessoas), carteira profissional para trabalhar na área de transporte de passageiros. A média da jornada de trabalho é de 4 dias por semana, mas a quantidade de horas trabalhadas varia. 43% dos motoristas estava desempregada antes de começar sua atividade, enquanto 57% tinham uma “atividade econômica prévia” – a maioria com registro em carteira. Desses últimos, 31% mantiveram sua atividade, após começar no setor, e o restante a abandonou para se dedicar exclusivamente aos aplicativos.

A maioria trabalha por conta própria, utilizando seus próprios carros, e arcando com a manutenção desse instrumento de trabalho. Apenas uma parcela aluga carros de empresas, tendo de arcar também com os custos de manutenção, no quadro de alta dos preços dos insumos (óleo, combustíveis, etc.).

### Entregadores

97% dos entregadores são homens, e a idade média é de 33 anos. 68% deles se considera negro ou pardo. 59%

têm ensino médio completo, contra 9% com ensino superior. Quanto à jornada de trabalho, é entre 13 a 17 horas semanais. Para 55%, as variações na “carga horária” e dias trabalhados depende das ocorrências pessoais e das atividades que desenvolviam inicialmente (se estudantes e/ou assalariados). 67% dos entregadores tinha uma atividade econômica prévia, 52% desses com carteira assinada. 27% entraram no mercado de trabalho diretamente na atividade, e 31% após estar desempregado. Em 2022, 48% ainda mantinham sua “atividade econômica” anterior (50% deles preservando a carteira assinada), enquanto 52% já se dedicavam exclusivamente ao serviço de entregas.

A esmagadora maioria trabalha por contrato temporário ou como “autônomo”, apesar de grande parcela de entregadores terem dedicação exclusiva ao trabalho de uma empresa. Assim como os motoristas, a maioria deles utiliza suas próprias motocicletas ou bicicletas, tendo de arcar, não apenas com os custos de manutenção, mas com as despesas em saúde, refeição em horário de trabalho, etc.

### O que há por trás dos dados e das estatísticas?

É possível inferir dos dados fornecidos pela pesquisa que: **a)** entre a metade e um terço dos motoristas e entregadores continuam com dupla jornada de trabalho; isso explica **b)** a baixa quantidade de horas semanais trabalhadas, se comparada à média de 40 horas semanais, que predomina em quase todas as atividades econômicas; por sua vez, **c)** o fechamento de postos de trabalho e a impossibilidade da juventude achar um trabalho, logo após o fim da escolarização, combinado aos efeitos do agravamento da crise na Pandemia, impulsionaram uma parcela a abandonar a dupla jornada, e a se dedicar exclusivamente aos aplicativos; **d)** a maioria das demissões dos últimos anos afetou, em especial, aos homens com uma formação profissional muito superior à exigida pelo trabalho realizado nos aplicativos; **e)** grande parte da juventude oprimida, sem qualquer possibilidade de se inserir na produção, acabou optando por esse trabalho como profissão exclusiva.

O acima dito reflete que a desindustrialização acelerada, a perda de trabalhos na indústria e nos serviços auxiliares da produção, o crescimento do exército de desempregados e a redução de salários em todas as esferas da economia impulsionaram a oferta de força de trabalho no setor de aplicativos. O que impulsiona, por sua vez, as tendências de redução salarial e agravamento da precarização. Revela-se, todavia, que uma massa gigantesca da juventude está impedida de se inserir na produção social, sendo-lhe reservadas, as condições de trabalho semi-escravas e salários miseráveis na área dos serviços.

### Condições trabalhistas, salariais e jurídicas

A situação dos trabalhadores do setor agravou-se durante a Pandemia, sem que houvesse qualquer aumento de salários ou conquista de direitos. Por sua vez, o aumen-

to da concorrência da oferta de força de trabalho, produto do desemprego e da redução dos salários em outras atividades, favoreceu a ampliação dos contratos precarizados, isentando as empresas de reconhecer qualquer vínculo ou encargo trabalhista. Obriga-se os trabalhadores a cumprir rotas pré-determinadas, em determinado tempo, sem levar em conta circunstâncias impeditivas, como trânsito, acidentes, chuvas, etc., levando a um desgaste físico e psíquico rápido e superior ao necessário para sua recuperação, aumentando ainda os riscos de acidentes e de levar multas, cujas despesas e custos são arcados pelos mesmos trabalhadores.

Como assinala uma pesquisa de 2019, 75% dos entregadores (jovens entre 18 e 27 anos) ganha uma média salarial de mil reais, por 12 horas diárias de trabalho, muito por abaixo do salário mínimo nacional. E ainda devem arcar, assim como os motoristas “autônomos”, com as perdas pelos dias não trabalhados, com os gastos por acidentes de trânsito, equipamentos de segurança, refeição, etc.

Não bastasse isso, os trabalhadores por aplicativos são atacados, inclusive quando recorrem à justiça burguesa para reivindicar seus legítimos direitos. A Justiça do Trabalho, em geral, decide não reconhecer os direitos, isentando o patronato dos encargos trabalhistas e previdenciários. Por exemplo, de 485 decisões nas mais de 24 regiões da Justiça do Trabalho, que envolvem as plataformas Uber, 99 Pop, iFood, Rappi, Loggi e Play Delivery, 78,14% das decisões não “reconheceram” qualquer “indício” de existência de relação de emprego, enquanto apenas 6% delas foram favoráveis.

### Setor em “expansão”

Verifica-se no mundo todo uma tendência de crescimento do trabalho ligado às plataformas digitais. No setor dos transportes, houve um aumento de mais de 190 mil trabalhadores, superior aos dados de 2019. No setor de entregas, foram mais de 330 mil. No atendimento médico via aplicativo, foi de 714 mil. A mesma tendência, ainda que com particularidades, verifica-se no serviço ao cliente (bancários e financeiros, call-center, etc.). O que corresponde à tendência geral do capitalismo, vivenciada na produção social, de aumento da composição orgânica do capital constante (meios de produção) em detrimento do capital variável (salários).

É o que se demonstra, por exemplo, pelo aumento da quantidade de corridas determinadas pelos aplicativos, com preços fixos pagos ao trabalhador por cada corrida. Aumentam-se os lucros, ao se intensificar a jornada de trabalho. Situação essa que permitiu aumentar exponencialmente a quantidade de empresas terceirizadas intermediárias entre plataformas e trabalhadores, que contratam entregadores para um “serviço exclusivo” ou empresa determinada, impedindo-lhe, assim, de realizar serviços adi-



***O submetimento dos trabalhadores à ditadura das empresas, os baixos salários e as estafantes jornadas se explica, fundamentalmente, pela perda de empregos com carteira assinada, e pelo aumento da miséria e fome.***

cionais. Ao facilitarem às empresas se isentarem de qualquer responsabilidade trabalhista, as terceirizadas do setor passaram a fazer de sua atividade uma fonte de lucros particular.

### A real situação dos trabalhadores

A situação econômica no país, marcada pelo avanço das demissões, a desindustrialização, aumento dos preços dos serviços e produtos de consumo básico, de crescimento exponencial da precarização e terceirização, se torna intolerável para as massas exploradas e oprimidas. O que desmonta a falsificação burguesa das “novas modalidades” do trabalho, como uma possibilidade dos assalariados de me-

lhorar suas condições de vida. O submetimento dos trabalhadores à ditadura das empresas, os baixos salários e as estafantes jornadas se explica, fundamentalmente, pela perda de empregos com carteira assinada, e pelo aumento da miséria e fome. Eis porque trabalhar nos aplicativos é uma imposição da realidade para 72% dos motoristas, e mais de 60% dos entregadores.

Não por acaso é que: **a)** a “flexibilidade horária” diz respeito, para a maioria desses trabalhadores, à possibilidade de continuar a realizar outras atividades; **b)** o fato de o trabalhador se considerar seu “próprio chefe” é restrita a uma parcela da categoria, e uma manifestação individual da falsa crença de que, pelo “esforço individual”, se sairá da miséria; e que **c)** os “ganhos” reais se acham muito abaixo dos supostos ganhos nominais, uma vez que a escalada inflacionária e as tendências ao arrocho salarial, por meio de avaliações e a exigência de produtividade (maior quantidade de entregas, maior ganho salarial), acabam favorecendo à redução dos salários pelo aumento dos custos de manutenção ou reposição dos instrumentos de trabalho e da força de trabalho vital, submetida ao violento desgaste.

### O caminho para avançar à conquista das reivindicações

Não há como os trabalhadores por aplicativos acabarem com esse quadro de brutal exploração e degradantes condições de trabalho, sem deflagrar um poderoso movimento unificado e nacional, baseado nas convocatórias de assembleias de base, para debater e votar um programa de reivindicações comuns, orientando-se a impor suas reivindicações com os métodos da ação direta de massas.

Mas, é somente sob o programa e os métodos do proletariado que os trabalhadores por aplicativos, não apenas começarão a reverter a barbárie a que são submetidos, como poderão confluír na luta coletiva do conjunto dos trabalhadores contra os capitalistas e os seus governos. Essa união é uma tarefa colocada para a vanguarda, que deve se dedicar à organização dos trabalhadores do setor, sob um programa que os aproxima da luta proletária revolucionária pela derrubada do regime burguês e pela expropriação dos capitalistas. ●

## PASSOS RECENTES E OS PRÓXIMOS NA LUTA PELA CONTRATAÇÃO DE DOCENTES

Desde a paralisação de 10/05, a luta por contratação de professores adquiriu uma forma mais nítida. Professores trouxeram informações sobre uma reunião da Comissão de Claros Docentes (CCD) do ano passado. O termo “claro docente” diz respeito à perda de um docente ativo do quadro da instituição, em circunstâncias como aposentadoria, falecimento, exoneração ou demissão. A CCD foi organizada para responder a estas perdas, e espera-se, geralmente, que ela reponha os claros. Contudo, a CCD deliberou que parte dos claros – inicialmente menos de 20%, depois mais do que a metade – seria distribuída às unidades, segundo critérios de “mérito acadêmico”. Isto põe as unidades em competição por vagas de docentes, e deixa em segundo plano as necessidades dos estudantes e de cada unidade. A concessão de vagas a partir do mérito só pode resultar em fortalecimento das unidades consideradas “mais produtivas”, e que têm menos problemas de falta de professores; e enfraquecimento das unidades que estão em piores condições, especialmente falta de professores.

Como parte da mesma política, estão não apenas a não contratação de funcionários – como os do HU –, mas também a renunciada demissão – tal qual com funcionários do Instituto de Oceanografia, que receberam uma notificação de demissão. Contra o argumento da necessidade de corte de gastos, estão R\$ 8 bilhões em caixa, à espera de serem aplicados, inclusive na contratação e pagamento de docentes e funcionários. Daí infere-se que esse desmonte, não se devendo à falta de recursos, visa a futuras privatizações, por diversos meios (parcerias, fundações, concessões, etc.).

Ao fim daquele ato, o chefe do Gabinete do Reitor fez uma reunião com docentes e diretores do CAELL, e ainda prometeu agendar uma nova reunião posteriormente. Mas, a despeito da ingenuidade da direção do CAELL, de acreditar que o chefe do gabinete cedeu tão fácil uma reunião por causa dos estudantes, não dos professores, ele nunca mais convidou o CAELL para uma nova reunião. A direção do CAELL usou o fato para convocar os estudantes a participar de uma audiência pública na Alesp, esquecendo-se que, devido à “autonomia universitária”, a reitoria não é obrigada a abrir edital por pressão parlamentar.

No dia 22/05, houve reunião do Conselho Universitário (CO), e um ato concomitante em frente à reitoria. O CO debatia a implementação de cotas para professores e funcionários administrativos pretos, pardos e indígenas (PPI), e também uma bonificação para PPI. O ato foi convocado tendo como pautas a contratação de professores e as cotas PPI, mas as cotas nitidamente ganharam mais enfoque do que a contratação em si nas falas das correntes. Isso foi uma inversão de prioridades. De nada adianta lutar por cotas, sem antes garantir a contratação de mais docentes e fun-

cionários; melhor o risco de ter de contratar docentes brancos, que preservarão a estrutura da universidade – racista, inegavelmente – a deixar que o peso de um racismo muito maior recaia sobre os ombros de um número muito maior de estudantes pretos, pardos e indígenas, que podem se ver obrigados a renunciar à sua primeira graduação por falta de docentes. Essa inversão de prioridades apenas desvirtua a luta, e concede tempo à reitoria e suas pró-reitorias para que prossigam com o desmonte. Prova cabal disso é que essa reunião do CO acabou por aprovar as cotas – mas apenas para os raríssimos editais abertos de, pelo menos, 3 vagas. Na prática, continuamos sem cotas.

A participação dos professores não é difícil de explicar. Eles têm dese desdobrar para manter os cursos e habilitações nessas circunstâncias. Mas a angústia dos professores não é equiparável à dos estudantes, que correm risco de perder sua graduação ou, no mínimo, adiá-la por um tempo que eles não podem esperar, seja pelas próprias condições socioeconômicas, seja por exigências do mercado de trabalho. Os

estudantes são os mais atingidos pela falta de professores; são as necessidades dos estudantes, portanto, que devem definir a contratação de professores. Neste ponto, a compilação de um dossiê do desmonte do curso, como fez o CAELL em abril, com dados das perdas de docentes nos últimos anos, pode servir para se identificar essa necessidade em números, contanto que validada pelas vozes de todo o movimento estudantil, não apenas da direção.

E, por sua natureza, a luta não se deve restringir a um ou outro curso, quando vários sofrem o mesmo problema. O DCE deve imediatamente centralizar esta luta, por meio de uma assembleia geral de estudantes e, quicá, quando o movimento estiver maduro o bastante, uma assembleia geral dos três setores, convocada pelo DCE, SINTUSP e Adusp,

para lutar conjuntamente pela contratação de docentes e funcionários. Ou aproveita-se a disposição de luta do movimento, ou se terá de começar tudo do zero, com o peso da culpa de ter mergulhado os estudantes num lodaçal imobilizador. E nenhuma direção política pode esperar escapar das críticas por sua omissão; assim, a direção do CAELL não pode compactuar com o divisionismo da direção do DCE. O Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) tem seu papel na política universitária, mas, sendo uma arena onde apenas as direções têm voz, não basta para conquistar as contratações de docentes. Decidir um calendário de mobilização no CCA para que seja votado apenas nas assembleias de curso, sem uma assembleia do DCE, é um método burocrático, que organiza o movimento de cima para baixo, sem participação da base, como se dela pedisse apenas anuência, e que enfraquece o movimento, ao restringi-lo apenas aos cursos dirigidos por um CA combativo. ●

# Nenhuma demissão!



Contratação de funcionários e docentes!

Recontratação imediata dos demitidos por razões políticas!

Efetivação de todos os terceirizados!



**PPRI**  
Partido Progressista Revolucionário Internacionalista



## ***A política excludente de permanência estudantil da Reitoria***

Desde o começo deste ano, há muitos estudantes, de diferentes unidades de ensino, que se queixam das bolsas de permanência. Os motivos são variados: demora na divulgação da lista dos contemplados; obscurecimento nos critérios de seleção; insuficiência no número de bolsas e no valor pago, em razão da alta carestia de vida aos arredores da USP; atraso no pagamento, dentre outros. A PRIP (Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento-USP) informa no site da USP que, até a primeira semana de abril, foram concedidos os seguintes números da bolsa PAPFE (Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil): 9.088 bolsas integrais (no valor de R\$ 800,00) e 1.508 auxílios parciais (R\$ 300,00), mais uma vaga na moradia da USP (Crusp). A expectativa da própria PRIP é de que o número de bolsistas permanência alcance 15 mil, em 2023. Segundo esse mesmo organismo, os recursos destinados a essa função são de R\$ 188 milhões, aprovados em reunião do Conselho Universitário de dezembro de 2022, montante esse divulgado como sendo o resultado de 58% de aumento.

Tais números parecem expressivos, favorecendo a dita “função social” de uma universidade pública, administrada pela reitoria. No entanto, vejamos o que as estatísticas da PRIP não dizem. Objetivamente, fala-se em 15 mil bolsas, mas temos no momento um total de 10.596. Uma parte delas foi concedida em março e outra em abril, assim, fazendo cálculo simples, o montante gasto no pagamento dessas bolsas, até o fim deste ano, será de R\$ 67.535.700,00. Ou seja, a terça parte do montante aprovado em Conselho Universitário. Para onde se destinará os mais de 120 milhões? E os problemas não param por aqui. A reitoria afirma ter aprovado 58% de aumento na verba de permanência estudantil. Mas, qual o ano de base de referência? Isso porque, segundo o Jornal da USP (edição 08/10/2020), os recursos destinados à permanência estudantil de 2016 a 2019 foram os seguintes: ano de 2016 – R\$ 206 milhões; ano de 2017 – R\$ 217 milhões; ano de 2018 – R\$ 215 milhões, e, no ano

de 2019 – R\$226 milhões. Como se vê, o aumento não resultou na equiparação ao recurso já antes empregado.

Assim, o dito aumento é na verdade a manutenção da redução dos gastos com permanência estudantil, após 2020 – ano da Pandemia. Esse fato se mostra ainda mais contestável, quando comparado com o orçamento universitário. Em 2019, cujo recurso em permanência foi um dos mais altos, a USP teve por orçamento R\$ 5,7 bilhões. Em 2023, foi nada menos que a bagatela de R\$ 8,4 bilhões! É plausível o orçamento da USP aumentar em quase uma vez e meia, e os recursos de permanência se manterem num quadro de contingenciamento? Mais ainda! É admissível que, diante de um orçamento bilionário, a universidade destine meros R\$188 milhões com bolsas permanência? Isso, quando 54,1% dos ingressantes no vestibular de 2023 vieram de escola pública, o que perfaz um total de 5.714 estudantes, aproximadamente a metade da quantidade de bolsas concedidas esse ano. Ocorre que a concessão não é exclusiva aos calouros, mas a toda a comunidade estudantil, que, somente em 2022, consistia num universo de 97 mil alunos. Na prática, a reitoria pretende destinar 15 mil bolsas permanência a um conjunto de algumas dezenas de milhares de estudantes. A isso a reitoria chama de “política inclusiva”: deixar a esmagadora maioria dos estudantes sem bolsa! Tão “inclusivo” e “democrático” quanto admite o parasitismo de uma casta burocrática corrupta, que usurpa os recursos públicos destinados à universidade.

A bolsa permanência não é um “auxílio” – que mais se assemelha a indignas migalhas. Ela é uma medida objetiva necessária para assegurar a permanência na universidade. Todo estudante deveria receber uma bolsa de estudos, garantida pelo Estado, em cumprimento do direito democrático à educação. Na medida em que a falta de recursos individuais e familiares pelas miseráveis condições de vida para custear a vida universitária torna-se fator impeditivo ao estudo, a evasão

é regra aos filhos das famílias proletarizadas. Os confetes que a reitoria joga sobre o ingresso de estudantes de escola pública não passam de estacas da hipocrisia, que perfuram e arrebatam a permanência desses estudantes na universidade. A ideia largamente propagandeada pela burguesia, de que a garantia dos estudos depende dos recursos individuais é uma expressão do conteúdo burguês do ensino enquanto um privilégio, que impera e esmaga o caráter universal, portanto, a educação enquanto direito social. Essa hipocrisia é a manifestação ideológica subjetiva das relações objetivas de uma casta burocrática, serva da burguesia e de seus interesses próprios. Tanto uma quanto outra estão em rota de colisão com o caráter público da universidade e com as necessidades genuínas dos estudantes. Essa casta burocrática transmite para o interior da universidade as relações decorrentes das relações burguesas de produção, que objetivam a mercantilização do ensino, manifestadas pelas privatizações, pelos cursos pagos, pelo uso privado e a segredo de justiça de laboratórios da universidade. Essa casta faz uso privado dos recursos públicos, basta ver os supersalários, que muitas vezes chegam a mais de R\$ 100 mil por mês, basta também o fato deles serem muitas vezes os proprietários das empresas terceirizadas contratadas pela universidade, ou realizarem estudos e pesquisas que beneficiam interesses privados. Uma burocracia que controla a universidade segundo esses interesses jamais será capaz de atender as necessidades estudantis de bolsa permanência. A luta pela bolsa a todos os estudantes passa necessariamente pela luta contra essa casta burocrática corrupta e parasitária. Passa pela luta pelo governo tripartite eleito e revogável pela Assembleia Geral Universitária, que imporá a completa autonomia perante a burguesia e seu Estado.

***Que o DCE convoque imediatamente uma assembleia geral dos estudantes para organizar a luta contra a reitoria e sua política de ataque à permanência estudantil.*** ●

## É a unidade na luta que pode enfrentar os patrões e garantir os empregos, não as negociatas e a conciliação de classes

Nos últimos anos, houve fechamento de fábricas na região do ABC, e redução de turnos de trabalho nas montadoras que, por décadas, empregaram dezenas de milhares de operários.

Em 2019, a Ford fechou a fábrica em São Bernardo do Campo, deixando mais de 2 mil operários sem local de trabalho. Nos anos seguintes, a Ford demitiu, em Camaçari-BA, Taubaté-SP e Horizonte-CE, deixando, aproximadamente, 15.000 empregados de outros ramos da economia local, das três cidades diretamente envolvidas, sem trabalho.

A Toyota anunciou, em 2022, que iniciaria a transferência da sua operação industrial de São Bernardo do Campo, gradualmente, até novembro deste ano, para cidades do interior de São Paulo. Foi oferecida para os operários, a continuidade do contrato de trabalho nas fábricas do interior, ou a demissão. Na primeira quinzena de maio, 700 operários da Bridgestone fo-

ram informados em assembleia que serão demitidos, pois, a fábrica de Santo André anunciou o fim da produção de pneus para veículos de passeio no local. A direção do Sintrabor (sindicato dos trabalhadores da indústria de borracha da Grande São Paulo) negocia com a empresa alternativas para evitar demissões em massa, citando a aplicação de layout off, PDV... Estima também que, até o final deste ano, a mudança vai impactar no corte de 25 mil postos de trabalho, em toda a cadeia produtiva da indústria de borracha, que envolve a produção.

A montadora Mercedes Benz, em São Bernardo, também vai reduzir a produção, adotando turno único na unidade a partir de maio, e muitos operários estão em lay off, tendo suspensão temporária do contrato e diminuição de salário e jornada de trabalho.

O que chama a atenção nas demissões em massa nas empresas é a apli-

cação de negociações que resultam em mais demissões, as direções dos sindicatos comandadas por CUT e Força Sindical não aplicam os métodos da classe, que é a greve em unidade com todos os setores que são prejudicados com o fechamento de postos de trabalho.

Enquanto as direções negociam as demissões e o fechamento de fábricas, ou medidas que levam a elas, os operários vão perdendo a única fonte de sustento de si e de suas famílias. É preciso organizar a resistência contra os ataques patronais ao emprego e salários. A ocupação das fábricas e o controle operário da produção são meios de defender os empregos, juntamente com a unificação das lutas de todos os setores. A convocação de assembleias gerais, com a mais ampla democracia operária (direito de fala e defesa de propostas a todos que pedirem) é o primeiro passo para organizar a unificação dessas lutas. ●

### PORTO ALEGRE:

## METROVIÁRIOS FAZEM GREVE CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA TRENSURB

Em 8 de maio, os metroviários da Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre) declararam greve por 24 horas, para exigir do governo federal retirar a empresa da lista de privatizações anunciadas. Além disso, exigiam o pagamento de adicional por risco de vida para seguranças, e prorrogação do acordo coletivo. Segundo o Sindmetrô RS (CSP-Conlutas), 90% dos funcionários e 65% dos operadores de trens paralisaram.

Não é com uma declaração demagógica do patronato (governo) que permanecerá “público” um serviço vital aos explorados e oprimidos para se deslocarem aos locais de trabalho e de estudo, com condições e preços que satisfaçam as suas necessidades e as suas condições reais de vida, que se atenderão as reivindicações dos trabalhadores e de quem usa o transporte. Não se pode confiar no governo de frente ampla burguesa, mas sim na força coletiva da classe e na ação direta. Trata-se ainda de romper o isolamento, convocando os operários e os demais trabalhadores a apoiarem o movimento e a confluírem em um plano de luta unificado. As greves e paralisações são os métodos de luta próprios dos trabalhadores contra os ataques e privatizações; não se devem semear quaisquer ilusões no governo burguês de Lula/Alckmin. ●

### AVIBRAS:

## Operários vão a Brasília exigir estatização da empresa

Uma comissão operária da Avibras Indústria Aeroespacial e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CSP-Conlutas) foi a Brasília (9 de maio) para exigir que o governo estatize a empresa e que se mantenham os 1,4 mil empregos. Como era de esperar, não houve qualquer resposta às reivindicações dos trabalhadores. A Avibras é alvo do imperialismo, que almeja se apropriar de um setor vital do desenvolvimento industrial nacional e de fonte de lucros, no mundo todo. O governo burguês acabará atendendo essas necessidades do imperialismo, porque corresponde aos interesses do capital financeiro.

Eis porque a estatização virá da luta organizada e radicalizada das bases operárias. Para ter mais força na luta pela estatização e defesa dos empregos, é preciso organizar as assembleias gerais dos sindicatos da CSP-Conlutas, para mobilizar as bases para a aprovação de um plano de reivindicações unificado. A ação unificada da CSP-Conlutas pressionaria as demais Centrais, para que também se colocassem ao lado dos operários da Avibras. Com a força e a ação coletivas é que os operários imporão ao governo a manutenção da empresa estatal e os empregos. ●

## ***Câmara dos Deputados aprova o Marco Temporal: protestos indígenas são reprimidos pela polícia, cão de guarda da burguesia***

A Câmara dos Deputados aprovou o PL 490/07, que estabelece que as demarcações das terras indígenas devem ser restritas tão somente àquelas em que se prove que ali habitavam indígenas até 1988. Essa medida, considerada anti-constitucional até pelos parlamentares burgueses, visa a dar segurança jurídica (leia-se impunidade) a todos os negócios, usurpações, invasões, grilagens, queimadas, derrubada de árvores, garimpagens, etc., feitas em terras indígenas ainda não demarcadas.

Essa medida vem sendo discutida entre os parlamentares desde 2007, e já teve avaliação pelo STF adiada pelo menos por 5 vezes. Se o então ministro Salles falava em “passar a boiada” antes, este PL permitirá passar também os tratores, motosserras, e tudo o mais que os capitalistas desejarem nas terras indígenas “não demarcadas” desde 1988. Os deputados deram uma mensagem clara ao governo: acima do falatório sobre a defesa dos indígenas e meio ambiente, estão os interesses econômicos dos capitalistas.

Os indígenas têm buscado o caminho da mobilização e o apoio dos assalariados para sua reivindicação de derrubada desse PL. Em São Paulo, a Rodovia dos Bandeirantes foi paralisada por horas, por meio de um protesto. A ação da Polícia Militar do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos – apoiado por Bolsonaro) foi a de desobstruir a pista, por meio da repressão: bombas, gás pimenta, balas de borracha,



perseguição aos indígenas. E foi ainda além: cerco ao local indígena, com controle de acesso e saída das pessoas; entrada e ataque, com os mesmos apetrechos descritos acima, sobre a escola infantil.

Nova manifestação foi marcada para o dia 4 de junho, no mesmo local. Os indígenas convocaram os movimentos sociais para apoiá-los. A força necessária para derrotar os capitalistas vem da unidade das massas em luta, em particular, o proletariado.

***O PPRI apoia a luta dos indígenas como uma luta que é parte das reivindicações dos explorados contra os exploradores.*** ●

### **NOTAS HISTÓRICAS**

***25 de maio de 2020***

## **Assassinato de George Floyd**

Há 3 anos, em Minneapolis (EUA), o policial branco Derek Chauvin ajoelhou-se sobre o pescoço do negro George Floyd numa abordagem policial, impedindo-o de respirar por 8 minutos, e assim o matando asfixiado. Mais dois policiais o ajudaram a manter Floyd imobilizado, e outro observou tudo e nada fez.

Esse assassinato desencadeou uma onda de protestos, que se iniciou na cidade, mas se espalhou por todo o país, e mesmo pelo mundo. Massas estadunidenses realizaram uma onda de protestos radicalizados, com ocupações de delegacias, queima delas, bloqueio de ruas e avenidas. O movimento unificou grande parte da juventude branca e negra ao redor da luta antirracista. Durante oito dias seguidos, mais de 9 mil

manifestantes foram presos, centenas foram feridos, e alguns mortos, só nos EUA.

O movimento que se seguiu ganhou força com as greves operárias. A luta de classes foi abrindo passagem no interior da maior potência imperialista. Mas foi possível às suas direções desviarem as massas da luta direta para a via eleitoral, apontando o caminho da derrota de Trump nas eleições que se avizinhavam. A vitória do democrata Biden provou que esse foi um caminho para a derrota do movimento, pois, o novo governo manteve a essência de tudo o que o anterior tinha.

As mortes de Daunte Wright, em 2021, e de Tyre Nichols, em 2023, ambas por policiais, mostram que a violência racista prossegue nos EUA.



Será por meio da luta de classes que se combaterão todos os atos racistas, avançando para a destruição do poder da burguesia imperialista branca por meio da revolução e ditadura proletárias. ●



**15 de maio de 1948**  
**75 ANOS DA NAKBA**

Em 15 de maio de 1948, 750 mil palestinos foram expulsos de suas terras, e forçados ao exílio. 500 cidades e povoados foram apagados do mapa. A apropriação forçada de territórios e terras, a limpeza étnica e a colonização sionistas marcam a fogo a opressão nacional sobre os palestinos até hoje.

O Estado de Israel foi uma imposição do imperialismo, de fora para dentro da realidade nacional e histórica da Palestina. Foram reorganizadas as fronteiras nacionais visando a instalar um enclave dos monopólios para controlar as riquezas naturais da região. O que somente foi possível dissolvendo as fronteiras nacionais, forjadas há séculos pelos laços econômicos, culturais e religiosos comuns. Parte da Palestina passou ao controle do Egito, outra à Jordânia, e os palestinos que ficaram incluídos nas fronteiras do Estado de Israel, submetidos à brutal e genocida opressão social e nacional.

O direito dos palestinos à autodeterminação somente será possível com a derrota do imperialismo e da burguesia sionista por meio da frente única anti-imperialista, que reunirá os explorados palestinos e judeus sob a estratégia da destruição do Estado sionista, sobre cujos escombros se erguerá um Estado operário, que acabará com a exploração de classe e a opressão nacional. ●



**25 de maio de 2000**  
**Fim da ocupação**  
**do Líbano por Israel**

Nesse dia, há 23 anos, a resistência armada e popular libanesa forçou o exército israelense a abandonar a ocupação militar do Líbano, que se alastrou por duas décadas. Rompia-se a imagem de invencibilidade do exército israelense, propagandeada após sua vitória na “Guerra dos Seis Dias”. Assim como aconteceu com os EUA no Vietnã. Porém, ainda hoje, o país oprimido e semicolonial carrega a barbárie e desgraças de sua destruição pelo sionismo sob ordens do imperialismo, e que visavam a destruir uma das bases sociais mais importantes da resistência das massas oprimidas no Oriente Médio. Os opressores nunca perdoaram às massas sua façanha histórica, ainda que regada com seu sangue e sofrimentos.

A lição que fica para os explorados é que é possível vencer a opressão nacional, por mais bem-treinadas e equipadas que possam ser as forças opressoras. Essa lição sem dúvida fortaleceu e fortalece a determinação dos palestinos em sua luta pela expulsão do sionismo de todos seus territórios. ●

## 16 de junho de 1976 / Levante de Soweto na África do Sul



Ocorreu nessa data um dos mais sangrentos episódios da luta das massas negras sul-africana pelo fim da discriminação racial e destruição do regime do Apartheid. No subúrbio de Soweto, estudantes se mobilizaram contra a lei que impunha o ensino em Inglês e Africâner, o que favorecia a escolarização das crianças brancas – as crianças ne-

gras tinham sido educadas em seus idiomas nativos; e contra seguir pagando para entrar em escolas superlotadas e com um ensino rebaixado. Enquanto marchavam, foram encurralados pela polícia – branca e racista – que assassinou a sangue frio centenas de manifestantes. O regime segregacionista de supremacia racial e colonialista mostrava

com o massacre sua face criminoso, visando a manter a brutal opressão nacional e social sobre as massas negras.

O regime do Apartheid foi desmontado, mas permaneceram a discriminação racial e o poder ditatorial da burguesia branca sobre o país e sua esmagadora maioria negra. A libertação das massas negras e sua autodeterminação nacional virá com a revolução proletária e a nacionalização de todos os grandes meios de produção e as terras. A revolução proletária permitirá desenvolver relações fraternais e igualitárias entre operários e camponeses negros e brancos, e o Estado Operário sul-africano surgido da revolução será um passo muito importante do proletariado na sua luta pelos Estados Unidos Socialistas da África. ●

## Apresentação “Inviabilidade da democracia burguesa”

O folheto “Inviabilidade da democracia burguesa”, publicado por G. Lora em 1980, tem grande valor programático, por ser uma contribuição teórica resultante da aplicação do marxismo-leninismo-trotskista à realidade latino-americana, e também por ajudar a responder às transformações da conjuntura política brasileira nos últimos anos.

*“A democracia burguesa – é preciso não esquecer – é uma criação da classe dominante, que idealizou o governo democrático representativo como a melhor expressão do Estado capitalista, e consequência do pujante crescimento das forças produtivas.”* (G. Lora, 1980). Trata-se da forma da ditadura de classe da burguesia mais adequada ao exercício de sua dominação de classe, porque, ao mesmo tempo em que engana as massas, apresentando o governo de turno como se fosse expressão da vontade popular, ainda reparte o poder entre todas as frações da classe dominante, permitindo que seja meio de resolver suas diferenças através das instituições burguesas (parlamento, judiciário, etc.).

Dessa forma, as ditaduras são regimes políticos excepcionais, aplicadas em momentos em que o poder da burguesia está seriamente ameaçado pela luta de classes e pela divisão entre as frações capitalistas. *“Fascismo e democracia são duas expressões da ditadura de classe da burguesia.”* (G. Lora, 1980).

O fascismo genuíno é expressão do capital financeiro nos países imperialistas, expressa o nacionalismo imperialista, de uma potência contra as demais. Surge a partir do esgotamento da democracia burguesa para cumprir as necessidades gerais da classe dominante. Apoiado em setores das massas, centraliza o poder político e repressivo do Estado para destruir as organizações das massas, e defender ou ampliar suas áreas de influência globais.

Na América Latina, as democracias burguesas foram implantadas apesar do pequeno desenvolvimento das forças produtivas. Sem terem a base material para seu amplo desenvolvimento, essas democracias se conformaram como caricaturas das democracias burguesas das potências imperialistas. Aproximam-se em suas formas das ditaduras. G. Lora mostra como a experiência boliviana de copiar o presidencialismo dos EUA deu origem a um regime político em que o parlamento é subordinado ao executivo, e este ao Departamento de Estado norte-americano. Nesse pequeno e isolado país, a burguesia nacional é extremamente débil, resultado do parco desenvolvimento econômico. E as massas, profundamente oprimidas e super exploradas, se levantam sistematicamente, colocando o Estado burguês em risco, daí a sucessão de golpes militares e governos ditatoriais.

As ditaduras militares ou civis (Peru) no continente, a rigor, não são regimes fascistas como os europeus. Em geral, não expressam o nacionalismo burguês, e sim o pró-imperialismo das burguesias submissas. Não expressam o capital financeiro de seu próprio país, e sim o capital financeiro das potências imperialistas. Mas a economia capitalista é mundial. Assim, afirma G. Lora: *“Não há razões válidas para que o Estado burguês dos países atrasados não utilize indistintamente as formas democráticas ou fascistas de governo, conforme as circunstâncias conjunturais. Da mesma forma que nos fizeram amadurecer de fora para a revolução proletária, eles nos fizeram amadurecer da mesma forma para o fascismo.”* E ainda: *“O fascismo, que, como a democracia, corresponde à superestrutura política e governamental, não pode deixar de ser um fenômeno mundial, e é quase sempre imposto aos países atrasados pela metrópole imperialista, que, sob certas condições, é forçada a recorrer à violência de Estado contra as massas para proteger seus privilégios.”* Tanto é que os golpes militares (e mesmo civis) do continente contam com o imperialismo estadunidense por trás. Mas, em sua forma, as ditaduras que resultem de golpes assumem contornos das ditaduras fascistas, seja por destruírem as organizações de massas, seja por centralizarem o poder por cima de setores da própria burguesia – fechando ou limitando profundamente suas instituições –,

seja pela repressão desfechada, seja por sua ideologia.

G. Lora desenvolve a tese da impossibilidade da democracia burguesa florescer no continente por conta da natureza econômico-social de seus países: são países de capitalismo atrasado, semicolônias do imperialismo estadunidense, onde as forças produtivas são contidas por essas relações de subordinação e de centralização por parte do capital financeiro e monopólios das potências. Esses países não possuem soberania nacional sobre suas economias, e por isso jamais poderão se elevar como país desenvolvido dentro dos limites impostos pelo capitalismo mundial. Será por meio da revolução proletária que se libertarão as forças produtivas e se implantará, não a democracia burguesa, e sim a democracia operária, o poder da maioria oprimida sobre os opressores, a ditadura do proletariado.

O Brasil sofreu um golpe constitucional que depôs o governo petista de Dilma Rousseff, portanto um golpe civil, ainda que apoiado e fiado por militares, e, desde então, levantou-se um discurso “em defesa da democracia”, especialmente pela esquerda reformista e centrista. A vitória de Bolsonaro em 2018, que contou com o apoio e pressão do governo ianque Trump para sua vitória, com seu discurso e ideologia fascizantes, e sua pretensão de fazer um governo bonapartista, realçou, em contraposição, esse discurso. Nas eleições de 2022, a bandeira de “defesa da democracia” foi empunhada também por setores da burguesia nacional, e refletiu a mudança de forma no governo estadunidense, com a ascensão de Biden ao poder. Formou-se uma ampla frente burguesa de “defesa da democracia”, como se a eleição de Lula/Alckmin fosse capaz de transformar o regime político existente. *“Discursos podem ser feitos, em favor do ‘processo democrático’, e até mesmo eleições gerais periódicas podem ser realizadas, mas não será possível preencher a ausência de uma base material para a democracia com declarações abstratas e líricas sobre seus benefícios.”* (G. Lora, 1980).

O governo burguês de frente ampla eleito centralizou politicamente a maior parte das frações burguesas, e praticamente toda a esquerda. No entanto, não será capaz de romper com as bases econômico-sociais de sua construção: será um governo subordinado ao imperialismo estadunidense, preservará a necessidade de aval das forças armadas sobre o governo, agirá repressivamente contra as manifestações das massas que se choquem com suas diretrizes, expressará as necessidades de ataques da burguesia às condições de vida, trabalho e direitos das massas. Está irrefutavelmente condicionado pela crise mundial capitalista, expressão mais aguda da decomposição do capitalismo em sua fase monopolista. Se antes já não era possível desenvolver uma democracia burguesa liberal, por conta das limitações das forças produtivas nacionais, agora, diante das necessidades de atacar as massas pelas burguesias nacionais e pelo imperialismo mundial, os regimes políticos se aproximarão cada vez mais de ditaduras, ainda que com eleições e fachada das instituições.

Assim, esta elaboração do trotskismo boliviano nos ajuda a compreender o que se passa no Brasil neste momento, e reforça a necessidade de combater pela real independência de classe das organizações e movimentos diante do governo “democrático” de Lula/Alckmin, condição elementar para travar o combate em defesa das reivindicações mais sentidas pelas massas e dar passos em direção à revolução proletária.

Notamos que a edição do POR boliviano de 2011, sob o mesmo título do folheto de G. Lora de 1980, e adendado com escritos sobre o MAS, partido que governa o país atualmente, não contém o capítulo III, “A Unidade Nacional a serviço da burguesia”, que traduzimos e editamos aqui, e é de suma importância para discussão e luta política que travamos atualmente. Não se sabe se a ausência desse capítulo se deu por falha técnica ou por decisão política. De toda forma, mantemos a publicação em sua forma original, principalmente esse capítulo, que tanto tem a ver com a luta contra o colaboracionismo de classes que se desenvolve em nosso país. ●

## Passo a passo, a direção do POR boliviano vai destruindo as conquistas programáticas de oito décadas de construção do programa revolucionário

A grande mobilização dos professores bolivianos, tendo à frente da principal Federação de La Paz o POR boliviano, encerrou sua jornada de lutas de nove semanas, contra a reforma educativa do governo do MAS (Luis Arce) e por um orçamento que contemplasse as necessidades desse serviço social público. Três textos de balanço foram publicados no jornal Masas. O primeiro (Masas 2743) não se refere às razões do não atendimento das reivindicações do movimento pelo governo. Seu foco é na “vitória política” alcançada, o apoio popular às manifestações e demandas dos professores. Reproduz a resolução da Federação de Professores de La Paz, dirigida pelo trotskismo, de romper com a COB, cancelando o repasse de verbas a ela: *“VOTO RESOLUTIVO PELA SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AO COB. Por resolução do Conselho Assessor da Federação de Professores de La Paz se suspendem as contribuições para a COB, por ser uma instituição cooptada pelo governo antioperário e antidocente, transformada em agência do governo, e não de defesa da luta dos trabalhadores.”*

A segunda edição (Masas 2744) foca na “incapacidade do governo para atender as necessidades elementares da população” como causa da derrota da mobilização. Critica as tendências conciliadoras do movimento, que buscavam migalhas: *“Esta tendência conciliadora, liderada pelos dirigentes da CTEUB à frente de muitos pequenos distritos e Santa Cruz, não entendia que o Estado falido não estava em condições de ceder nada”*. Critica os setores que defenderam ir à greve de 24 e 48 horas: *“Foi um erro ter cedido à pressão dos distritos pequenos, conduzido pela Confederação, para ir às greves de 24 e 48 horas, sem levar em conta que, para amplas camadas do magistério, os descontos nos salários que viriam depois, longe de ajudar na incorporação da maioria das bases para a luta, acabou assustando-as mais do que a necessidade de sair para as ruas.”* Faz uma autocrítica, por seus militantes terem enfrentado uma greve de fome: *“Finalmente, como a experiência ensina, a greve de fome não é orientada para suavizar os corações de governantes, mas para interpelar as bases para que se juntem à luta. Apenas a ação direta delas e sua generalização seria forte o suficiente para subjugar o governo incapaz. Nesta linha, a greve de fome tardia e o emparedamento, em uma fase em que a mobilização já estava em declínio, serviu apenas para apressar a conclusão do conflito nos termos que se deram.”* Nesse mesmo artigo, se conclui com a afirmação: *“A luta dos professores tem mostrado uma perspectiva política clara para o país, salientando que o estado atual, devido à sua incapacidade de resolver os problemas de atraso e a miséria, está levando o país à barbárie, e aponta para a necessidade de enterrá-lo, para construir um novo Estado, baseado na propriedade social dos meios de produção, com um governo dos operários, camponeses e da classe média pobre das cidades”*. Esta afirmação ressoa outra, feita no Masas 2742, que afirma: *“Chegou a hora de enterrá-lo e construir um novo Estado de operários, cam-*

*poneses e classe média empobrecida, baseado na propriedade social dos grandes meios de produção.”*

A terceira edição que trata da greve (Masas 2745) traz uma série de argumentações sobre o movimento das camadas que compõem a mobilização. É um artigo sindical. Mas vale pela colocação sobre o papel do proletariado na luta: *“Não basta apenas a unidade do setor no conflito que, em grande medida – no caso dos professores – foi alcançado, é a unidade com o setor fundamental que determina a vida econômica e política do país, fundamentalmente a mineração e a manufatura. Não podemos negar que fracos vislumbres dessa tendência à unidade surgiram no setor manufatureiro, que foi rapidamente interrompido por seus dirigentes sindicais burocratizados, que emitiram declarações gerais de apoio, mas, ao mesmo tempo, impediram qualquer possibilidade de se refletirem em ações conjuntas das bases com os professores mobilizados, como excepcionalmente aconteceu em Sucre, por exemplo”*.

Para se fazer um balanço concreto, no entanto, é preciso que vejamos as reivindicações do movimento, defendidas como as corretas por sua direção, e verificarmos o que foi conquistado com a mobilização. É preciso notar também se as reivindicações permitiam a unidade com o proletariado e as massas.

A Assembleia Popular de La Paz, sob influência da Federação de professores, aprovou as seguintes resoluções:

1. Ratificamos a unidade granítica do magistério nacional com todos os setores trabalhistas e sociais por manter a educação única, pública e gratuita.
2. Ratificamos nossa luta intransigente por maior orçamento para a educação e assim evitar a privatização e destruição da educação pública.
3. Os professores não nos opomos ao avanço da ciência e da tecnologia na grade curricular, mas exigimos que cada matéria e conteúdo sejam incorporados com seu orçamento, carga horária e professor da especialidade.
4. Hora trabalhada, hora paga! Exigimos o pagamento de todas as horas que trabalhamos gratuitamente, basta de trabalho escravo.
5. Exigimos estabilidade no trabalho para todos os trabalhadores do país e da educação.
6. Exigimos do ministério da Educação o nivelamento salarial; a igual trabalho, igual salário.
7. Exigimos que a Gestão Pública esteja sob administração operária coletiva majoritária (70% - 30%).
8. O governo deve dar a todos os trabalhadores uma aposentadoria com 100% do salário do trabalhador ativo.
9. Unidade de todos os explorados e trabalhadores em pactos intersindicais pela criação de fontes de emprego, estabilidade no trabalho, e salário de acordo com a cesta familiar.

Destacamos ainda a aprovação, pelo sindicato de Cochabamba, dirigido pelo POR, da reivindicação de “Educação de Qualidade”, historicamente combatida pelo mesmo POR.

Iniciamos este artigo com as citações dos jornais bolívia-

nos, que retratam uma direção que não foi capaz de responder ao movimento as razões de sua derrota, embelezando-a como “vitória política”. O movimento que não tem a força suficiente para derrotar o governo e a burguesia pode retornar ao trabalho de forma organizada, mas a sua direção deve se esforçar para explicar as razões da derrota, e não criar uma cortina de fumaça. Somente assim, é possível à classe assimilar a experiência, e retomar o movimento em um patamar superior, e não a partir do zero.

É possível notar algumas questões, não respondidas evidentemente pela direção porista:

- 1) A reforma educativa do governo Arce é uma medida ditada pelo capital financeiro internacional e pelo imperialismo, é aplicada em vários países, inclusive no Brasil (Reforma do Ensino Médio). Deve ser rechaçada no seu conjunto. É um erro propor medidas que possam viabilizar a grade curricular apresentada pelo governo, tais como aparece na resolução nº 3 da Assembleia de La Paz. Não se trata de “não se opor ao avanço da ciência” na educação. Sob o capitalismo em decomposição, nenhum governo poderá realizar qualquer avanço da ciência na educação, a não ser como farsa. E é exatamente isso o que é a introdução de matérias “científicas” ou “modernas” na grade curricular, pelo governo Arce. O objetivo governamental nunca foi e não será melhorar o ensino. Vivemos a época da destruição da educação em todos os níveis. Se o governo propõe, por exemplo, introduzir a matéria “Robótica” na grade curricular, é para reduzir as horas das matérias mais fundamentais na formação do estudante, e para aumentar a carga de trabalho dos professores, reduzindo relativa e absolutamente seus salários. Não cabe ficar explicando como deveria ser a introdução dessa matéria. A unidade entre o fazer e o pensar não se dará sob o capitalismo em decomposição. Essa unidade depende da expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção, de forma a permitir que a juventude possa estudar e praticar na realidade em que vive, nas fábricas, no campo, etc. Ou seja, vincular o ensino à prática na produção social, onde a teoria e o conhecimento se comprovam e enriquecem. Por isso, é fundamental a defesa (não realizada pelo POR durante as recentes manifestações) da educação pública e gratuita a todos, única, laica, científica e vinculada à produção social. Essa bandeira permite ligar as reivindicações mais sentidas por professores e estudantes à luta pela revolução proletária que criará as condições necessárias para ir avançando à unidade entre teoria e prática. E ela se opõe à defesa reformista e burguesa da “educação de qualidade”, que diz ser possível introduzir conteúdos científicos e técnicos parciais na grade curricular sem qualquer apoio prático na produção ou aplicação concreta na realidade do país. Não haverá educação de qualidade sob o capitalismo. Ou seja, é parte da propaganda e marketing da burguesia (um produto de “qualidade” só o pode ser em relação ao que não a tem – caso contrário, seria absurda a adjetivação) de que é possível um melhor ensino em meio à expansão da barbárie capitalista. Que “qualidade” se busca? A das escolas da burguesia? Também aí, a educação está em decomposição.
- 2) A crítica às direções das organizações operárias, de não terem organizado um movimento de apoio aos professores mobilizados, é correta. A inclusão de reivindicações que interessam diretamente aos operários na pauta

também. Mas foi importante reconhecer os esforços de regionais da COB (CODs) que organizaram movimentos operários de apoio aos professores. No entanto, a oposição a estender as greves de 24 e 48 horas, sob a alegação de que a base atrasada iria caminhar para a rejeição do movimento, por conta dos descontos nos salários, foi um inibidor do movimento interno a ele. Ou se avalia que existe uma tendência de luta (que se demonstrou nas sucessivas manifestações massivas, marchas e enfrentamento com a polícia), ou se avalia que o movimento é de uma vanguarda e não será capaz de arrastar as demais camadas à luta. A direção ficou no meio termo, expressando em sua atitude e avaliação a pressão dos setores atrasados sobre sua vanguarda. Ceder a essas foi um sinal enviado às bases de que não se iria até o fim na luta. E o balanço, ao final do movimento, de que se provou que o governo não “tem condições” de dar o que os professores pediam, é lamentável. O governo “não tem condições” porque arca com o parasitismo financeiro e porque, sendo burguês, jamais irá atender as reivindicações, até que não lhe sejam impostas com a força coletiva e a luta de classes. A correlação de forças imposta pelas massas em luta é que vai dizer se há ou não “condições” de atender às reivindicações.

- 3) A deliberação de suspender o repasse de verba da Federação de Professores para a COB é uma violação do programa e das tradições do partido. Os revolucionários não colocam um sinal de igual entre a organização de massas e sua direção. A direção da COB é uma burocracia sindical vendida, traidora e governista. Mas a COB é a Central Operária Boliviana, a principal organização de unidade e centralização da luta operária do país. Propõe e faz aprovar uma resolução de ruptura – a medida aprovada leva exatamente a isso, ainda que se pretenda utilizá-la como uma chantagem de que se convoque um congresso como condição para voltar a pagar. A luta pela derrubada da burocracia tem de se dirigir às bases, e não à direção burocrática. A ruptura com a COB pela Federação de professores é a inserção de uma cunha organizativa entre a pequena burguesia e o proletariado. Pensam que assim se enfraquece a burocracia. Mas, o fato é que se a fortalece, ao separar o setor mais radicalizado e avançado politicamente das massas das bases operárias, que verão a medida, ora como um ataque à COB, ora como um chamado à desfiliação e desfinanciamento da central. Essa medida favorece, em última instância, o divisionismo entre os explorados. Essa resolução é corporativa e reacionária, pois não há saída progressiva aos professores sem a unidade com o proletariado.
- 4) A conclusão do balanço apresentada pela direção porista é a de que o governo Arce provou não ter condições de atender às reivindicações dos professores, portanto, é preciso um “Estado de operários, camponeses e classe média empobrecida, baseado na propriedade social dos grandes meios de produção”. Aqui está a maior violação do programa histórico do POR e da sua tradição revolucionária. A estratégia política define o programa, e este, o partido. Numa só linha, três grandes erros: 1) o estado burguês, na Bolívia e em qualquer parte do mundo, não será substituído por um estado de 3 classes. Dará lugar ao Estado operário (ditadura da classe operária sobre a burguesia), o caráter de classe estará dado pela sua fundamentação

econômica e social. A propriedade nacionalizada dará essa base. 2) A estratégia do partido revolucionário, para um país capitalista atrasado e de economia combinada, com forte presença camponesa e de tarefas democráticas não resolvidas, é a do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. A direção revisionista do POR boliviano inventou a novidade do “governo operário, camponês e de todos os oprimidos”, que já tem estampado no Masas, há algum tempo. Só que, agora, aparece com clareza seu conteúdo. Assim manifestam-se no partido as pressões de classe da pequena burguesia, deslocando o programa revolucionário do proletariado para as formulações subjetivas das camadas radicalizadas da classe média (professores, estudantes). 3) O estado operário (e não de 3 classes) se fundamentará na propriedade estatal dos meios de produção. A propriedade social, que é de todos e de ninguém ao mesmo tempo, surgirá à medida que as classes sociais sejam dissolvidas, e, com elas, o Estado. Como afirmou G. Lora, pouco antes de sua morte: *“Vale lembrar que as relações de produção são a resposta para a pergunta que diz ‘de quem são os meios de produção?’ Se estiverem em poder de toda a sociedade, trata-se de PROPRIEDADE SOCIAL ou nas mãos de determinados grupos, pessoas ou classes sociais, o que significa que estamos tratando de PROPRIEDADE PRIVADA, o que implica a exploração de outras pessoas ou classes sociais.”* (Masas 2052, sublinhado nosso); e *“a propriedade social dos meios de produção (de todos, da sociedade e de ninguém em particular)”* (...) *“A propriedade social dos meios de produção não permite o surgimento das classes sociais, dos explorados e exploradores”*. (Masas 2054 – sublinhados nossos). O estalinismo decomposto é que afirmou que havia propriedade social na URSS, e, portanto, ali já havia socialismo. É um dos fundamentos da tese estalinista do “socialismo num só país”. O trotskismo travou uma luta de morte contra essa afirmação, por décadas, mostrando que o socialismo só poderia vir em nível internacional, e que não se poderia saltar a fase de transição do capitalismo ao socialismo. É inacreditável que a atual direção do POR boliviano ignore tudo isso, e saia escrevendo que a transição ao socialismo já se inicia com a propriedade social.

A negação da estratégia do partido, expressa com toda clareza nos balanços da mobilização docente, não surge do nada. Ao contrário, ela é o ponto de chegada de uma transformação que se processa no partido há anos, desde a morte de G. Lora. O POR tem perdido sua ligação com a classe operária boliviana, e se assentado cada vez mais no setor de professores e estudantes (pequena burguesia). G. Lora, pela sua formação ligada diretamente aos mineiros bolivianos, pela sua militância sempre ligada à classe operária (foi indicado pelos operários para ser eleito deputado pelo Bloco Mineiro Parlamentar), teve atuação destacada na organização e na política da Assembleia Popular de 1971, expressava a ligação histórica do POR com o proletariado. A atual direção, sob as pressões da academia e da classe média, foi assimilando gradativamente conceitos estranhos ao trotskismo, e passou a expressá-los de forma mais acabada nos últimos tempos.

Em 2022, a direção do POR boliviano embarcou na aventura de revisar o programa do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui). Em seus estatutos, G. Lora defendeu que se colocasse, como condição para pertenc-

er ao partido internacional, a concordância com a caracterização dos Estados Operários degenerados e a estratégia de Revolução Política para eles. A Revolução Política se distingue da Social porque seu objetivo é a derrubada revolucionária da burocracia que expropriou o poder do proletariado nos Estados Operários degenerados, e a retomada do controle operário sobre os meios de produção e a economia em geral. Isso foi em 1994, 3 anos depois da data (1991) em que a atual direção revisionista do POR caracteriza que o Estado Operário degenerado foi substituído por um estado burguês, sem contrarrevolução, apenas pela via orgânica, reformista (uma negação gritante de um dos princípios do marxismo, o de que um estado só pode ser substituído por outro de forma violenta, por uma revolução ou uma contrarrevolução). Logo no início de 2022, a direção do Cerqui publicou manifestos que apresentavam a Rússia tendo um estado burguês. As contradições entre cada parágrafo expressaram a unidade oportunista ao redor dessa caracterização. Um país imperialista, uma semicolônia com distinção (ou “sui generis”), uma potência regional: todos serviram ao mesmo propósito revisionista de conferir à Rússia, à China, a Cuba, à Coreia, o estado burguês. O revisionismo chegou ao ponto de afirmar que é possível haver um estado burguês sem burguesia (Lora dizia que a completa restauração capitalista dependia da reconstituição da burguesia como classe na Rússia, isto é, controlando a propriedade dos meios de produção, e com seus partidos e instituições). Para piorar, se comparou a Rússia à Bolívia, país em que também supostamente “não existiria burguesia”. O tal “estado burguês” da Rússia seria, afirmavam, dirigido por uma burocracia “educada por uma burguesia”, a qual, segundo eles mesmos, não existe. Essas posições de conteúdo antimarxista foram aprovadas num Congresso, em setembro de 2022, no qual a direção boliviana sequer havia lido os documentos a serem votados, com exceção de um único dirigente, membro da direção do Cerqui. Essas colocações serviram de base para se formularem as bandeiras de derrota da Rússia na guerra, retiradas de todos os materiais assim que a ONU as aprovou em sua conferência.

Apontamos para essa recente experiência anterior, porque mostra que a crítica que fazemos ao balanço da greve de professores é precedida pelo abandono das posições históricas pela direção do POR, e da revisão dos fundamentos programáticos marxistas-leninistas-trotskistas, das tradições e dos métodos próprios do marxismo (isso constitui seu revisionismo). O balanço da greve, com seus graves erros e expressando a “nova estratégia” programática, é consequência lógica desse percurso revisionista, que agora se reflete na linha e na avaliação política nacional.

O POR boliviano, por seu programa histórico, e não pela atual direção revisionista, é uma referência histórica e político-programática internacionalista.

Defender as mais de oito décadas de luta para pôr em pé o programa revolucionário do proletariado, então sob direção de Guillermo Lora, e que hoje está sob ataque de uma direção que avança ao revisionismo, depende da mudança de sua atual direção e elevação de outra assentada nas conquistas teóricas e programáticas que estão sendo negligenciadas, abandonadas e destruídas. Assim se impedirá que o único partido trotskista do mundo que conseguiu penetrar no proletariado, e avançá-lo na política e consciência socialistas, sucumba às pressões da pequena burguesia acadêmica e das camadas intelectuais das classes médias. ●

## ***As massas em luta pelas suas reivindicações e a derrota do imperialismo são os pontos altos da tática proletária para derrotar a burguesia imperialista e retomar o caminho à revolução***

A reunião do G7 se focou em discutir como continuar armando a Ucrânia, e ampliar as alianças para cercar a China na Ásia. Quanto à Rússia, o objetivo permanece o mesmo: derrotá-la militarmente, integrar a Ucrânia na OTAN e, finalmente, derrubar o Estado Operário degenerado e destruir suas forças produtivas, para integrar a Rússia (ou destroços dela) na divisão mundial do trabalho como semicolônia. Quanto à China, as potências pretendem, agora, impedir seu avanço econômico mundial, destruir os entraves ao controle dos monopólios sobre sua economia, e preparar uma aliança para socavar sua influência na região, em direção à liquidação de sua indústria. O que depende da destruição do Estado Operário degenerado chinês.

O problema é que o imperialismo subestimou as potencialidades dos Estados Operários (ainda que degenerados) e a importância estratégica da atual aliança sino-russa. As elevadas capacidades técnicas e a profunda integração produtiva interna desenvolvidas sobre a base da propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias explicam, tanto as capacidades bélicas russas, como o desenvolvimento mundial da China. O que tem levado o imperialismo a subestimá-los e a cogitar um “acordo de paz” nos parâmetros “coreanos”: negociar a partição (conjuntural) da Ucrânia, procurando ganhar tempo para retomar a ofensiva e evitar, ao mesmo tempo, esgotar sua força em caso de guerra contra China.

Uma derrota da Rússia seria desfavorável à burocracia chinesa, caso estoure um conflito por Taiwan. O mesmo objetivo a leva a reforçar sua ofensiva diplomática na África, Oriente Médio e Ásia. As rotas comerciais que passam por essas regiões são vitais, para avançar sua economia, contra as manobras imperialistas. Eis porque a burocracia chinesa se vê obrigada a reforçar e estreitar sua “aliança estratégica” (que é diplomática, econômica, política e militar) com a Rússia. E, por outro lado, a organizar uma “cúpula” com Uzbequistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Cazaquistão e Quirguistão, países chave da Ásia Central, por serem uma fonte adicional de recursos naturais e via terrestre da nova Rota da Seda – uma via de abastecimento e intercâmbios comerciais que favorece a economia e defesa das fronteiras chinesas. A China avalia seriamente medidas que permitam fortalecer seus interesses perante o cerco imperialista, se fechando ao sul. Após o G-7, noticiou-se um acordo secreto do país insular de Papua Nova Guiné (no Pacífico Sul) com os EUA, para construir bases navais desse país, após fazer o mesmo com a Indonésia.

Agravam-se as tendências bélicas, que decorrem da crise e decomposição capitalistas, que se veem agravadas pelas contradições insolúveis entre a grande propriedade privada monopolista do capitalismo em decomposição, em choque com as economias nacionalizadas pelas revoluções (que permitem um limitado desenvolvimento dos Estados Operários degenerados no quadro de decomposição capitalista, ainda que condicionado pela crise mundial capitalista).

Destaca-se, especialmente nesse quadro, o agigantamento das dívidas nos países imperialistas, assim como a violenta ofensiva do capital financeiro para sangrar ainda mais as massas e os países oprimidos. Mas, de solução imediata, passa a ser uma bomba relógio, ao aprofundar as tendências recessivas, a destruição das forças produtivas e a superexploração assalariada. O que acaba impulsionando crises políticas e a luta de classes, como se verifica em maior ou menor grau por todo o mundo.

No marco de acirramento dos conflitos entre os países imperialistas coligados e os Estados Operários degenerados aliados, cada vez há menor margem de manobra às semicolônias para erguerem a bandeira da “independência” e “neutralidade”. As eleições na Turquia, que enfrentam um candidato do imperialismo contra Erdogan, que tem fortalecido seus laços com Rússia; o reatamento das relações entre Irã e Síria com o restante dos países árabes, por obra da diplomacia chinesa, que atinge as alianças costuradas pelo imperialismo; o golpe estado no Sudão (África), que enfrenta uma facção do exército ligada ao imperialismo e outra à Rússia e China pelo controle do país; as manobras militares conjuntas entre China, Rússia e África do Sul; os acordos secretos para fazer, de países da Ásia e do Pacífico, bases militares norte-americanas; a decisão de Japão e Coreia do Sul de prover armas e munições à Ucrânia; o acordo de paz entre Armênia e Azerbaijão, sob tutela russa; e a aliança militar entre Bielorrússia e Rússia, assim como a “desdolarização” de grande parte dos intercâmbios comerciais e as contínuas pressões aos governos na América Latina para que rompam relações com Rússia e China, expressam os avanços e retrocessos desse curso geral dos conflitos. Em meio dessas poderosas pressões mundiais, as burguesias semicoloniais manobram, visando a impor interesses particulares e conjunturais.

Aos explorados e oprimidos em cada país, interessa defender suas reivindicações com a luta de classes, preparando a derrota de seu principal inimigo de classe: a burguesia imperialista, que destrói seus direitos e desgraça suas vidas, para sobreviver parasitando do mundo todo. Ao proletariado mundial, interessa fundamentalmente fazer tudo a seu alcance para derrotar a maquinaria bélica das potências, e erguer a bandeira da derrota do imperialismo. Essas tarefas estão ligadas ao objetivo de defender suas vidas e suas conquistas históricas do curso de decomposição do capitalismo.

As massas nada devem ajudar seu inimigo de morte, a burguesia imperialista, ou pagarão com mais sangue e barbárie. A vanguarda com consciência de classe deve orientar a luta da classe operária sob o programa de conquista do poder político nos países capitalistas por meio da revolução social, e de regeneração dos Estados Operários degenerados, por meio da revolução política. Nessa tática comum à luta da classe operária mundial, está a chave e o método para superar sua crise de direção revolucionária. ●

# Dívidas públicas nas principais economias capitalistas

Seguimos, nessa edição, o estudo sobre as razões da Guerra Comercial e da ação do imperialismo, que se lança em ofensivas bélicas e em um novo ciclo de contrarreformas, como a ação do governo francês revelou neste início de 2023, com a reforma das aposentadorias.

Na edição anterior, mostramos como as balanças comerciais desfavoráveis nos principais países imperialistas, influenciam nos choques entre os Estados imperialistas e os Estados Operários degenerados. Nos Estados imperialistas, predomina a política e os interesses econômicos do capital financeiro, que, por sua própria natureza, não pode evitar o processo de desindustrialização; nos Estados Operários, que estão assentados na grande propriedade estatal/nacional, têm ocorrido o inverso, com a manutenção e até aumento da industrialização desses países nas últimas décadas, como se vê com Rússia, China e até Coreia do Norte, como veremos na próxima matéria deste estudo.

Com efeito, a relação entre balança comercial e industrialização é facilmente explicável, ao olhar os dados das principais economias do globo. Quando olhamos para as Dívidas Públicas dos Estados, no entanto, esta relação não é tão transparente, porque o crescimento das Dívidas Públicas dos Estados está mais diretamente vinculada à política dos governos. Com a financeirização das economias, isto é, com o aumento do setor de serviços financeiros, bancários e não bancários, e com o maior volume de importação e exportação de capitais, economias como a da Inglaterra ou dos EUA, por exemplo, viram suas Dívidas Públicas saltarem nas últimas duas décadas, impulsionadas pelas políticas dos diferentes governos burgueses. A estatização das dívidas das grandes empresas durante e depois da crise de 2008 fizeram a dívida pública dos Estados nacionais darem um salto. Não é exatamente a mesma situação do Japão, que é um arquipélago minúsculo, altamente industrializado, mas que sofre há décadas com as restrições do mercado mundial (a divisão internacional, imposta pelo conluio das maiores frações imperialistas), e com o insuficiente estoque de matérias-primas, exigindo importações volumosas. De qualquer forma, a manutenção das economias imperialistas têm exigido aumento das Dívidas Públicas, cujos dados revelam maior parasitismo nos últimos 15 anos, ou seja, menor investimento nos setores produtivos, e mais arrolamento das Dívidas, tornando-as, a médio e a longo prazo, cada vez menos sustentáveis, e exigindo, por sua vez, mais contrarreformas, para enxugar os recursos para serviços e direitos sociais, e impulsionando mais a Guerra Comercial e as tendências bélicas.

## ***O crescimento da dívida nos EUA***

Nos últimos meses, democratas e republicanos têm “debatido” no Congresso norte-americano o aumento do teto da Dívida Pública. Já em janeiro, o governo de Biden havia atingido a marca de cerca de US\$ 31,4 trilhões. Os republicanos se negam a aumentar novamente o teto da Dívida, se isso não estiver alinhado a um projeto, apresentado em abril, de corte de gastos do governo. Os gastos, obviamente, são sociais. Incluem, desde empréstimos estudantis, passando por incenti-

vos à energia limpa, a programas de assistência social. Além disso, pelo atual projeto republicano, o teto iria para US\$ 32,9 trilhões, ou, até 31 de março de 2024, mas manteria os gastos discricionários no limite de 2022, limitando o aumento de gastos a 1% a mais ao ano. Os democratas não querem aceitar o plano, porque entendem o quanto antipopular é, no ano que antecede as novas eleições. Ao mesmo tempo, sabem que os republicanos não querem um calote da Dívida. No final, as duas frações políticas da burguesia estadunidense aceitarão um acordo intermediário, que cortará gastos sociais, e aumentará a Dívida Pública.

Essa situação não é nova, aliás. Tem-se repetido nas últimas décadas, de forma cada vez mais frequente. Um processo de crescimento rápido da Dívida Pública começou na década de 1980, que sofreu o impacto da crise do preço do petróleo do final da década de 1970 (em 1979, o preço do barril saltou, de US\$ 15, para US\$ 60, em poucos meses depois da Revolução Iraniana). Naquela ocasião, o governo norte-americano viu a inflação crescer, e aumentou a taxa básica de juros, chegando aos extraordinários 21,5%, em junho de 1981, para reduzir, de um lado, o consumo interno e baixar, de forma imediata, a inflação (no longo prazo, a medida é ineficiente, se não contar com investimento na produção, como demonstramos no OI nº 01) e, de outro, para alavancar a entrada de dinheiro na economia americana, que saiu dos países semicoloniais, levando a crises regionais, no México e no Brasil, por exemplo, que não tinham os mesmos mecanismos para combater a inflação e, ao mesmo tempo, conseguir a entrada de recursos de forma vultosa. A Dívida Pública dos EUA saiu do patamar dos 30% do PIB em 1980, e chegou a quase 60%, no início de 1990. A política do “dólar forte”, dos anos de 1980, levou a quase duplicar a Dívida pública norte-americana. A partir do governo de Bill Clinton (1993-2001), há uma melhora significativa na economia, com o boom do setor de informática, que leva a crescimentos do PIB superiores a 4% no segundo mandato do presidente democrata. Isso impactou no peso da Dívida Pública, que estava em torno de 65% do PIB, no início do mandato de Clinton, e chegou a 55% do PIB, no final de sua gestão, modificando a rota de crescimento da década anterior. Em termos nominais, a Dívida foi, de US\$ 4,4 trilhões, no momento inicial, até o valor de US\$ 5,8 trilhões, no final de seu mandato, em 2001.

As décadas de 1980 e 1990, no entanto, marcam o início do processo de desindustrialização da economia norte-americana, em setores como o automobilístico e metalurgia, por exemplo, e de financeirização da economia, impulsionada, inicialmente, por esta elevação gigantesca das taxas de juros, que atraíram o capital especulativo. A partir do novo milênio, a Dívida Pública dos EUA só cresceu. Entre 2000 e 2009, por exemplo, a Dívida nominal saltou, de US\$ 5,6 trilhões, para US\$ 11 trilhões. Ano após ano, o percentual do PIB foi aumentando. Em 2005, já representava 61,5%; em 2009, 82,1%; em 2010, já alcançava 90,9% do PIB; em 2014, 100,3%; em dezembro de 2022, 129% do PIB norte-americano. A elevação, tanto em termos absolutos quanto em relativos ao crescimento do PIB, foi crescente. Mas, deu um salto, a partir da crise imobili-

liária de 2007/2008, quando o governo e o banco central norte-americano (FED) intervieram fortemente na economia, salvando, inclusive, bancos, como o CitiBank.

Este rápido e alto endividamento, comparável apenas aos anos após a Segunda Guerra Mundial, revela que a Dívida não é para investimento em infraestrutura ou em setores produtivos que permitiriam ampliação ou recomposição de forças produtivas, como ocorreu após a guerra. O endividamento dos EUA, governo, empresas e população, não resultou em aumento das riquezas. Ao contrário, significou empobrecimento geral e concentração de renda. Entre 1980 e 2019, em quarenta anos, a classe média (renda anual próxima a US\$ 78,5 mil) encolheu, de 60%, para 50%. A renda média bruta da classe média aumentou, nesse período, apenas US\$ 200 por ano, enquanto a renda média bruta dos 10% mais ricos dobrou (chegando a US\$ 311 mil por ano), e a “dos super-ricos”, 1% do topo, triplicou (chegou a US\$ 1,3 milhão). Os 10% que saíram da classe média caíram no setor mais pobre. Quando se olha para o endividamento das famílias, ele já chega a US\$ 13,5 trilhões. Segundo o FED, 40% dos adultos dos EUA não têm uma poupança superior a US\$ 400. A dívida em créditos estudantis está em torno de US\$ 1,5 trilhão, e atinge cerca de 45 milhões de norte-americanos.

Segundo matéria da CNN Business, publicada em janeiro deste ano, *“a dívida tornou-se menos produtiva desde 2007. Isso significa que o valor que cada dólar adicional emprestado adiciona à economia diminuiu”*. A matéria trata da Dívida Pública mundial, que atingiu o patamar de US\$ 300 trilhões de dólares, em meados de 2022 e corresponde já a 349% do PIB mundial. Isto é, a dívida de governos, empresas e pessoas é 3,5 maior que as riquezas totais produzidas. É uma dívida insustentável. E as frações da burguesia imperialista sabem disso. Os EUA respondem por mais de 10% desta Dívida, mas continuam emitindo títulos.

Nos últimos vinte anos, a Dívida norte-americana também deixou de ser “doméstica”, isto é, os governos não têm controle sobre os credores, que são países e investidores estrangeiros. Segundo dados de 2018, a China detinha US\$ 1,16 trilhão em títulos do Tesouro dos Estados Unidos, o que correspondia a 18,7% dos títulos emitidos; o Japão detinha US\$ 1 trilhão; o terceiro colocado, a Irlanda, detinha menos de US\$ 300 bilhões. Em fevereiro de 2022, a China começou uma venda de seus “treasuries” americanos, tendo já vendido cerca de 10% de sua carteira, cerca de US\$ 113 bilhões.

A capacidade de endividamento dos EUA é ainda enorme. O dólar é a moeda-divisa das transações internacionais, garantindo liquidez aos títulos norte-americanos e, fundamentalmente, o uso da moeda dominante nas transações, e como principal reserva de valor não metálica, para drenar recursos e capital-dinheiro de outros países. Isso, entretanto, também começa a ser mudado, com a política da China, de realizar transações com sua moeda, que, durante toda a década de 2000, foi mantida artificialmente bem abaixo do dólar, para facilitar as exportações. E que, a partir da década de 2010, começou a se valorizar, tendo tido picos em 2015, 2018 e iniciou a nova década, em 2021, com uma valorização de 8% em relação ao ano anterior. Essas ações do governo burocrático de Pequim o colocam em rota de colisão com a política econômica/monetária dos governos da Casa Branca. Uma rota de colisão que nem medidas protecionistas, como as tentadas por Trump em 2018, ou a alta de juros, no governo de Biden, poderão reverter, em sua totalidade.

## A enorme dívida do Japão

A Dívida Pública da terceira maior economia do planeta começou a crescer a partir da década de 1990, depois que uma crise financeira e imobiliária explodiu. A bolsa de valores de Tóquio havia perdido, no final do ano de 1990, cerca de US\$ 2 trilhões. Em 1991, a dívida representava apenas 39% do PIB do país. Mas o governo resolveu intervir mais fortemente na economia, para reverter as perdas da explosão da bolha especulativa, atuando, desde 1992, com uma política de incentivo fiscal (diminuição de impostos) e financiamento de grandes obras públicas.

A década de 1990, porém, não reverte a situação. O crescimento de décadas anteriores, depois da Segunda Guerra Mundial, quando a indústria japonesa foi destruída, com o crescimento médio de 8% nas décadas de 1950 e 1960, e de 4% na década de 1970, não poderia ser sustentado. Em 1998, não houve crescimento: o PIB encolheu, de US\$ 4,492 trilhões para US\$ 4,098 trilhões, e a Dívida Pública ultrapassou, pela primeira vez em décadas, o limite dos 100% do PIB, chegando US\$ 4,6 trilhões. Vinte e cinco anos depois, a Dívida chega a US\$ 9,2 trilhões, e o PIB continua estagnado, em torno dos US\$ 4 trilhões.

A diferença fundamental da Dívida Pública do Japão em relação a dos EUA é que, primeiro, ela é efetivamente, “doméstica”, de modo que 90% dos credores são investidores japoneses, e até o Banco do Japão; segundo, ela é pouco “rentável”, variando entre -0,1% a curto prazo e 0,5% a longo prazo; mesmo com a alta inflacionária de 2022, de 4%, o maior valor em 41 anos, o Banco Central do Japão afirmou que não pretende criar um ciclo de aumento da taxa básica de juros; quarto, o país é o que tem uma das maiores poupanças do mundo, estima-se que tenha, ao menos, 30% do PIB em poupança privada; quinto e mais importante, o país ainda é um dos maiores exportadores de bens industrializados do planeta, não sendo deficitário em sua balança comercial em relação a exportação de bens, diferente dos EUA ou do Reino Unido, por exemplo.

Nesse sentido, apesar de ter uma enorme dívida pública, ela estrangula menos as contas do país do que de outros países imperialistas. Entretanto, se não é a Dívida que pressiona os governos japoneses para as contrarreformas e para uma recente investida bélica, são suas próprias contradições internas, de ser um país altamente desenvolvido, com indústrias de ponta em diferentes setores, de tecnologia, de carros, de eletrodomésticos e de eletrônicos em geral, e de ter um mercado interno estreito. O Japão não consegue se expandir em função da divisão internacional dos mercados, primeiro, por uma divisão imposta pela Segunda Guerra, da qual saiu derrotado, embora tenha revertido parcialmente o seu estreitamento ao longo de décadas, entrando nos mercados europeu e norte-americano; segundo e mais recentemente, pelo avanço da China nos mercados asiáticos, que eram o nicho consumidor prioritário do Japão.

O fato de viver há décadas em recessão está ligado, portanto, à contradição entre as forças produtivas internas e a partilha dos mercados consumidores, ou seja, a contradição entre as forças produtivas com as relações de produção e às mudanças na divisão social do trabalho imposta pelas potências imperialistas vencedoras no pós-Segunda Guerra Mundial, decorrentes do avanço chinês no mercado internacional. A mudança na política internacional do país que afirmou, em 2022, querer investir US\$ 320 bilhões em cinco anos no orçamento militar expressa, de um lado, o aumento da possibilidade de que a guerra comercial se eleve à condição de guerra bélica, e, de outro, um meio de movimen-

tar a economia de forma artificial, a partir do investimento militar do Estado. Essa via, no entanto, terá como resultado um maior endividamento público, e maiores pressões sobre a crise que já se arrasta. A situação do Japão revela que, sem dúvida, a partilha do globo, produzida pela Segunda Guerra, se esgotou e, mais do que isso, que é preciso retomar a influência na Ásia, perdida para a China, de modo que o país se rearma para enfrentar China, Rússia e Coreia do Norte.

### ***Dívidas públicas na Europa***

Desde a crise de 2007/2008, a Europa tem sofrido com crises da Dívida Pública. Entre 2010 e 2013, houve “socorro financeiro” a cinco países que enfrentavam, no início daquela década, dívidas públicas muito elevadas, com risco de calote. Foram € 110 bilhões para a Grécia, em 2010; € 100 bilhões, para a Irlanda; € 78 bilhões, para Portugal; € 130 bilhões, para Espanha; e € 10 bilhões, para Chipre. Estas “ajudas” resultaram em aumento de impostos, diminuição dos salários e contrarreformas, impostas pelos organismos imperialistas. Em 2010, criou-se o Fundo Europeu de Estabilização Financeira, que serviria para intervir nas economias dos membros da Zona do Euro, de modo a impedir que situações como a que a Grécia viveu se repetissem.

A criação deste Fundo era a comprovação de que os tratados da década de 1990, que criaram a União Europeia, haviam falhado, porque a intervenção sobre a economia dos países-membros não era admitida. Além disso, segundo estes mesmos marcos regulatórios, as Dívidas dos países nunca poderiam ultrapassar os 60% do PIB, o que, obviamente, não se vê há décadas.

Com exceção da Alemanha, a maior economia da Europa, cuja Dívida Pública, em 2022, é próxima ao teto, 66,3% do PIB, e que apresenta balanças comerciais favoráveis e, sem dúvida, é o país que mais se beneficia com a União Europeia e a zona do Euro, as demais economias da Europa, mesmo França, estão em situação cada vez pior. O Reino Unido, a segunda maior economia da Europa, apresenta Dívida de 100,6 % do PIB, em 2022; a França, 111,6%; a Itália, 144,4%; a Espanha, 113,1%. Só aí temos as mais ricas economias de toda a Europa. Se olhássemos para economias menores, como Portugal, teríamos dívidas próximas a estas ou até maiores, como no caso da Grécia.

Novamente, a Dívida Pública dos países europeus é insustentável, porque só tem crescido por meio de pagamentos de juros e arrolamento das dívidas. A Dívida Pública de toda a União Europeia está em 84% e aumentando; a da zona do euro, em 91,6%, também em crescimento. Mais e mais, cresce o discurso entre os governos burgueses da região, de que é preciso aumentar os impostos, diminuir os gastos sociais dos orçamentos para que as dívidas “diminuem”. Os países mais devedores são obrigados a aumentar as taxas de juros, embora afirmem ideologicamente que o fazem para conter a inflação, que está em alta. Como já afirmamos em matérias anteriores do OI, a taxa de juros não tem relação direta com a inflação, funciona como uma política monetária para captação de recursos e alteração do câmbio das moedas, e produz mais endividamento, criando Dívidas “menos produtivas”, isto é, com menos investimento por parte do Estado em setores produtivos da economia. É o que ocorre há décadas com os países semicoloniais como Brasil, Argentina ou México, que sofreram profunda desindustrialização nos últimos trinta anos, embora suas Dívidas e o pagamento de juros só tenham aumentado no período. O mesmo não ocorre, ainda, em países como Alemanha ou Japão, altamente industrializados e exportadores de bens de capital, que mantêm as

taxas de juros mais baixas, e têm mais controle sobre elas, por terem mais soberania nacional.

### ***Algumas conclusões***

Destacamos aqui as Dívidas Públicas das maiores potências capitalistas do planeta. Centrando-nos mais na situação dos EUA, porque é o maior país imperialista e o que carrega, por isso, as maiores contradições do sistema. Nos últimos anos e décadas, ele vem sofrendo com a desindustrialização de setores, com os desequilíbrios das balanças comerciais, e com um endividamento do Estado, das empresas e da população. A pobreza, de um lado, e a concentração de riquezas, de outro, aumentaram nos últimos 40 anos. A alternância de poder entre democratas e republicanos não solucionou estas graves contradições e conflitos. As ações militares, em diferentes partes do globo, impulsionaram a indústria bélica, mas também não produziram um surto de crescimento sustentável. A recente crise no setor bancário demonstra que a especulação financeira continua em alta. Há, em marcha, uma nova bolha imobiliária, provavelmente menor do que a que estourou em 2007, mas que, ainda assim, revela os impasses de um mercado interno já estrangulado pelo endividamento da população e da maior classe média do planeta; classe média que também vem diminuindo. A Guerra comercial que Trump deixou às claras, em 2018, não pode ser interrompida, embora seus efeitos – diplomáticos e econômicos – sejam pequenos, em função do peso das economias em choque: a China não pode ser contida apenas pelas leis de “mercado”, ela precisa ter suas forças produtivas destruídas para que os EUA voltem a “ser grande”. Para isso, por meio da OTAN e de outros organismos imperialistas, os EUA arrastam Inglaterra, Japão e Austrália para um confronto militar na Ásia. É preciso, antes disso, solucionar a Guerra na Ucrânia e vencer a Rússia. A vitória da OTAN na Ucrânia significaria o fortalecimento do imperialismo ianque e seus consortes na investida contra a China. Assim, defendemos a derrota do imperialismo, a derrota da OTAN, na Ucrânia. Qualquer posição diferente desta é pró-imperialista, porque desconhece as causas materiais do conflito aberto e da Guerra Comercial em curso, que opõe os países imperialistas e os Estados Operários degenerados. A posição contrária à derrota da OTAN e dos EUA toma, em abstrato, a defesa da Ucrânia, desconhecendo que o seu governo, o de Zelensky, é apenas uma marionete para os interesses e os planos mais gerais do imperialismo.

No caso do Japão, vemos o caso clássico da oposição entre as forças produtivas, altamente desenvolvidas, em um minúsculo país, formado por ilhas, e as relações produtivas, controladas pelas frações imperialistas. Por sua força industrial, o Japão conseguiu romper certas barreiras, como nos anos de 1980 e de 1990, quando “invade”, com sua indústria automobilística, mercados bastante protecionistas, como o dos EUA, levando, inclusive, como já afirmamos em matéria anterior, a um primeiro surto de desindustrialização naquele país. Uma bolha imobiliária/especulativa do final dos anos de 1980 e a crise regional dos “tigres asiáticos”, do final da década de 1990, arrastou o país para uma recessão de que nunca se recuperou, vendo seu PIB estagnado há quatro décadas. O Estado japonês tem maior controle em relação à sua Dívida Pública, mas o seu valor gigantesco demonstra como precisa manter artificialmente a economia para que não caia em uma depressão econômica. O investimento sobre a economia nacional e o controle estatal sobre a Dívida dos sucessivos governos revela que

as “leis de mercado”, que a política “liberal”, não podem atuar livremente, que o Estado burguês precisa atuar diuturnamente para salvar o capitalismo de suas próprias contradições internas, entre elas, a fundamental: a alta potência das forças produtivas (mão-de-obra altamente qualificada, aplicação de alta tecnologia, e infraestrutura altamente desenvolvida) que se choca com os mercados consumidores estrangulados (porque a exploração do trabalho ainda mantém interna e externamente as massas separadas do consumo, em larga escala).

Por fim, em uma observação rápida dos dados da Europa, vemos que o pequeno e rico continente enredou-se no interior de suas próprias contradições e regramentos. A criação da União Europeia e da zona do euro não pôde impedir o choque entre as nações, umas mais industrializadas do que as outras, nem impedir um crescimento artificial, por meio do endividamento geral dos países. O Estado de Bem-Estar Social, produzido nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, não poderia continuar crescendo indefinidamente. Com o fim da URSS, as políticas neoliberais vão redirecionar os orçamentos públicos para o parasitismo financeiro, e, assim, países inteiros como a Inglaterra vão começar a se desindustrializar e se tornar mercados financeirizados,

que receberiam recursos e investimentos captados de todas as partes do planeta, mesmo de países atrasados e semicolônias como o Brasil. A mudança de perfil econômico, de países altamente industrializados e com maioria da classe operária, para países financeirizados e com força nos serviços, foi produzindo – estruturalmente – balanças comerciais desfavoráveis. A grande exceção é a Alemanha, que, como reafirmamos, foi e ainda é a grande beneficiada por estas comunidades internacionais criadas. Seu perfil de país altamente industrializado, com indústrias de ponta, como a dos automóveis, coloca o Estado alemão como soberano e regulador da política de outros países do continente. Os vaivéns diplomáticos em torno da Guerra na Ucrânia também se devem a esta soberania, ainda que, como os demais, o país acabou por apoiar a Guerra, tanto política quanto militarmente, sabendo, mais do que os demais, o peso econômico desta decisão. Como os demais países capitalistas, por mais recursos e mecanismos que tenham à mão, o país ainda está refém das contradições mais gerais do sistema e também precisa se enfileirar entre os países que atuam na Guerra comercial, e que impulsionam as tendências bélicas do capitalismo apodrecido. ●

## VITÓRIA DE ERDOGAN NÃO CONDUZIRÁ À ESTABILIDADE DA TURQUIA

O líder conservador Recep Tayyip Erdogan conseguiu a reeleição, em um segundo turno apertado. Venceu com cerca de 52% dos votos, contra 48% de seu oponente, Kemal Kilicdaroglu, que era o candidato do “ocidente” (imperialismo ianque e da Europa), apresentando-se com pautas, como a liberdade de expressão e a separação entre Estado e religião. Como candidato dos EUA, poderia impedir a contínua aproximação do país com a Rússia e com a Síria, como Erdogan tem feito nos últimos anos.

A vitória de Erdogan, comemorada por Putin e já reconhecida por todos os países, aumenta as dificuldades da Otan em sua investida contra a Rússia e a China. Embora o político, nestes últimos vinte anos, como primeiro-ministro ou presidente, tenha procurado equilibrar-se entre demandas pró-Europa, como integrar a OTAN, a tentativa de entrar na União Europeia (é um país euro-asiático), e os acordos comerciais com a Rússia, como o de distribuição de gás para o país.

Erdogan foi eleito pelas zonas da região central do país. As regiões mais próximas da Europa, no Oeste, e as regiões do Leste, de população curda, fortemente reprimidas em suas reivindicações de emancipação, e que se apoiam econômica e militarmente nos EUA e servem de base à ocupação mi-

litar desse em parte da Síria, votaram na oposição.

Os laços com as seitas muçulmanas garantiram a vitória de Erdogan, mas não garantiram a sua estabilidade política. O “ocidente” tem desestabilizado a sua moeda. Desde janeiro deste ano, já perdeu 7% de seu valor e, na década, mais de 90% em relação ao dólar. Houve uma verdadeira fuga de dólares, que só está sendo contida por uma intervenção do Banco Central turco, que tem agido no mercado. A inflação em março deste ano estava em 50,1%, o que pesou também para o declínio do poder de Erdogan, embora o governo esteja atuando fortemente para conter os preços de itens básicos, e também para elevar o salário-mínimo mensal. A crise econômica alimentada pelos EUA não deve cessar, ao contrário, apoiada numa expressiva votação do candidato pró-EUA/Europa, a oposição deve dar muito trabalho a Erdogan durante seu próximo mandato.

A Rússia deu uma “ajuda” ao político, ao adiar o recebimento de mais de US\$ 600 milhões pelo gás natural russo. Erdogan foi peça chave na negociação com a burocracia russa e o governo burguês da Ucrânia, que permitiu o envio dos grãos deste país ao exterior.

O governo turco tem utilizado-se da disputa entre os países imperialistas e a Federação Russa, para ganhar posi-



ções importantes no interior da OTAN e no comércio regional. O que demonstra como o choque entre as frações imperialistas e os Estados Operários degenerados têm sido fundamentais nos conflitos regionais e se expressaram nestas eleições.

As massas da Turquia se viram nestas eleições diante da disputa entre um governo repressivo, direitista, que se tem aproximado da Rússia e China, sem se separar da relação com a Europa, e o candidato de maior subordinação do país ao imperialismo ocidental.

A ausência do partido revolucionário foi determinante para que as massas não assumissem uma posição de independência de classe perante os dois candidatos burgueses e a democracia burguesa, erguendo as reivindicações que de fato as colocam em choque com o imperialismo e a burguesia pró-imperialista, e usando a luta de classes para combater por elas. A independência política e organizativa das massas depende da construção da direção revolucionária, capaz de mobilizá-las pela derrota e expulsão do imperialismo e expropriação da burguesia com os métodos da luta de classes. ●

## EQUADOR /

## O golpe de Estado realizado por Lasso objetiva impor as contrarreformas que desgraçam a vida das massas

Em 16 de maio, o presidente Guillermo Lasso foi convocado a comparecer na CPI que avaliaria sua cassação por malversação de fundos públicos, após assinado o contrato entre a empresa pública, Frota Petroleira Equatoriana (Flopec), e a privada Amazonas Tanker Pool, que lesou em seis milhões de dólares os cofres públicos. Lasso negou qualquer envolvimento e, um dia depois de ir ao Congresso, surpreendeu o país e seus opositores, ao decretar a sua dissolução. Enquanto discursava na televisão, as Forças Armadas cercaram o Parlamento, e impediram pela força a entrada dos parlamentares e funcionários.

O golpe de Estado se realizou sob a cobertura do Artigo 148 da Constituição (aprovado no mandato de Rafael Correa), que dá poderes ao presidente para dissolver o Parlamento, sob ameaça de “grave crise política e comoção interna”, e ao Conselho Eleitoral Nacional (CEN) o poder de convocar eleições gerais antecipadas, que foram anunciadas para 20 de agosto (se houver segundo turno, será em 15 de outubro). Para participar das eleições, os partidos devem realizar eleições internas para definir candidatos e alianças, prazo que vence em 20 de junho.

Lasso barrou com o golpe a investida liderada pelo Unes (União e Esperança), do ex-presidente Rafael Correa, de ex-aliados (Partido Social-Cristão/PSC), e da Confederação de Comunidades Indígenas (Conaie). Essa última dividiu-se, quando 11 de seus parlamentares se pronunciaram contrários à cassação de Lasso. E agora também poderá concorrer às eleições, pelo fato de o Tribunal Constitucional considerar o golpe como ajustado ao Estado de direito. Baseado nessa decisão, o Conselho Eleitoral Nacional (CEN) disse que Lasso não tem “qualquer impedimento para ser candidato”. Nota-se que a dissolução do Congresso e a candidatura de Lasso foram partes integrantes do mesmo objetivo golpista.

Inúmeras candidaturas da oposição já foram anunciadas. Um franco-atirador da política, que defende as contrarreformas e criminalizar o movimento indígena (Jan Topic), anunciou sua candidatura da ultradireita. O reformismo (Unes) ainda está dividido quanto aos candidatos, com dois nomes para concorrer às eleições: Andrés Arauz e Carlos Rabascall. A Conaie tem três candidatos: Leonidas Iza (presidente da organização, e aliado de Correa), Salvador Quispe (partido indígena Pachakutik) e Yaku Pérez. Iza já avalia um acordo com o Unes, para confluir em uma aliança eleitoral capaz de derrotar a direita, uma vez que o “voto indígena” seria decisivo para isso, já que a direita se apresenta dividida.

Enquanto as campanhas eleitorais acontecem, Lasso continuará a governar o país, sobre a base de decretos de “ne-

cessidade e urgência”, sem qualquer oposição institucional, e sem qualquer entrave constitucional a seu governo pessoal. Fica claro, assim, que o golpe preservou no poder um presidente odiado pela esmagadora maioria da população (80%), e desmontou a instituição que estava travando (engavetando) as reformas antinacionais e antipopulares do governo, nos últimos meses. Nesse parlamento, as duas maiores forças eram os correístas (esquerda apoiadora do ex-presidente Rafael Correa), e os indígenas, ainda que divididos entre si. Depois de limpo, conjunturalmente, o terreno de seus adversários políticos, e removido o bloqueio institucional, o governo poderá

agora impor, goela abaixo do conjunto da nação oprimida, as contra reformas exigidas pelo imperialismo, e que ficaram paralisadas no Parlamento.

O primeiro decreto a ser publicado foi a Lei de Urgência Econômica, que reduz impostos, favorecendo em particular os grandes capitalistas (importadores e exportadores). Em poucas semanas, seguirá o decreto que cria regulamentações legais que estruturarão

a futura Reforma Administrativa: uma exigência do capital financeiro, visando a desmontar a carreira do funcionalismo, e a destruir direitos (evolução funcional, aumento salarial por evolução funcional, aumento das aposentadorias proporcional aos ganhos salariais, etc.), para depois aplicar as contratações, a terceirização e todas as mazelas bem conhecidas pelos explorados de toda América Latina. Reduzindo o “gasto do Estado” com a força de trabalho e os serviços estatais e sociais, se garantirá uma maior fatia de recursos orçamentários para pagar a dívida externa e subsidiar os capitalistas, favorecendo assim os lucros dos empresários e o parasitismo financeiro. O novo presidente e o “novo” Congresso que vierem a surgir das eleições vão deparar-se com fatos consumados. Enquanto as massas oprimidas sofrerão mais desgraças, com os novos ataques.

O golpe no Equador lembra o que aconteceu com o golpe no Brasil contra Dilma Rousseff (2016). O governo que resultou do golpe institucional, de Michel Temer, aplicou a contrarreforma trabalhista, embora não avançasse na previdenciária, ambas exigidas pelo imperialismo, e que o governo deposto não conseguia aplicar no ritmo e violência exigidos. O golpe serviu, assim, à reorganização das forças políticas, para favorecer os objetivos imperialistas. O mesmo se verifica no golpe no Equador, que modificou pela força as relações institucionais, em favor dos mesmos interesses de classe. E, como aconteceu no Brasil, também no Equador o golpe contou com apoio da burguesia (de dentro e fora do país) e das Forças Armadas. A diferença é que no Equador é o presidente que dá

***O submetimento dos trabalhadores à ditadura das empresas, os baixos salários e as estafantes jornadas se explica, fundamentalmente, pela perda de empregos com carteira assinada, e pelo aumento da miséria e fome.***

## ASAMBLEA NACIONAL



o golpe contra o Parlamento, enquanto era esse o órgão do golpe no Brasil. Mas, o conteúdo de classe e os objetivos dos golpes em ambos os países é o mesmo: remover pela força os obstáculos institucionais à imediata e rápida aprovação das medidas ditadas pelo grande capital monopolista.

Isso também explica porque o golpe de Lasso resultou no contrário do falido intento de golpe de Castillo, no Peru. Castillo não tinha apoio da burguesia e das Forças Armadas. Essas forças deram seu golpe, usando o Congresso, sob o tacão do imperialismo. Castillo também não contava com apoio entre as massas – as únicas que podiam derrotar o golpe. Ao aplicar o programa antipopular e antinacional ditado pela burguesia, as tinha colocado em choque contra seu governo. Sua queda demonstrou que os golpes precisam do apoio da burguesia (principalmente, do imperialismo estadunidense) e de suas instituições. Brasil, e agora Equador, demonstram-no claramente.

A vitória do golpe foi conseguida, não apenas pelo apoio das principais forças políticas e econômicas da burguesia, mas também pela traição e conciliação de classes da oposição reformista e da Conaie. Servilmente, se ajoelharam perante o regime burguês e o imperialismo, ao desviar a luta insurrecional das massas de 2019 para a via morta das instituições. Mostraram-se, assim, úteis à burguesia, para proteger seus interesses, desviando as massas do avanço à luta de classes, que se projetou em oposição ao golpe com manifestações massivas e radicalizadas nas ruas do país. Agora, que se coloca a necessidade de os explorados derrotarem o golpe de Estado e as contrarreformas, retomando os métodos próprios de luta, voltam à cena com seu oportunismo, anunciando que concorrerão nas eleições futuras. Ou seja: procuram garantir, mais uma vez, a governabilidade burguesa, contra as necessidades concretas das massas. Certo é que a liderança indígena está convocando suas bases a decidirem o que fazer perante o golpe, as mesmas bases que, aliadas aos oprimidos da cidade, estiveram na linha de frente do levante insurrecional de 2019, e que barrou naquele momento as contrarreformas de Lenin Moreno. Mas, as lideranças e os parlamentares cassados não pretendem levá-las a um novo levante, mas usá-las para concorrer nas eleições.

Para os revolucionários, o essencial reside em demonstrar a inviabilidade da caricatura de democracia burguesa no país semicolonial. O “poder de estado” não reside na farsa da soberania popular, mas nas forças econômicas e políticas da burguesia como, demonstrou o próprio golpe de Estado. Os golpes são decididos em função dos interesses de classe da burguesia e das necessidades da luta de classes. Eis



porque a defesa do irrestrito direito que assiste às massas a combaterem o golpe com os métodos da luta de classes, na base da democracia direta (operária) e organizadas em seus organismos próprios, é a única forma de derrotar o curso das contrarreformas que cada golpe objetiva impor – a sangue e fogo se for preciso. Método que se opõe antagonicamente ao curso democratizante e traidor traçado pelas direções políticas, sindicais e indígenas pequeno-burguesas.

A vanguarda com consciência de classe no país tem a tarefa de defender o direito das massas oprimidas, de derrotarem o golpismo e as contrarreformas, com seus métodos e organizações próprias. Erguer o programa de reivindicações comuns e defender os métodos da luta de classes é a tarefa mais imediata na atual situação, denunciando os reformistas e esquerdistas impotentes que se ajoelham perante a burguesia, e facilitam que essa continue a desgraçar ainda mais suas condições de vida e de trabalho mais elementares. ●

***Erguer as assembleias e comitês unitários para combater o golpe, baseados na democracia direta e na autodefesa de massas! Retomar a luta insurrecional de 2019, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias! Eis o caminho para derrotar o golpe e as contrarreformas!***

### FOLHETO



**Adquirir com nossos militantes!**

## CHILE / Um governo em bancarrota e uma constituinte reacionária obrigam as massas a retomar a luta de classes

***A traição aos objetivos instintivos dos explorados pelos reformistas e esquerdistas, que desviaram a luta de classes pelo caminho morto das ilusões democráticas, em última instância, reforçaram o poder burguês, e trouxeram de volta, ao primeiro plano da política, os partidos e agentes contra os quais as massas se revoltaram e combateram.***

A direita e ultradireita se impuseram nas eleições ao Conselho Constitucional, encarregado de redigir a nova Constituição chilena, após o fracasso da Assembleia Constituinte de 2022. Com 57% dos votos, o ultradireitista *Partido Republicano* (35%) e os direitistas *Chile em Segurança* e *Partido da Gente* (21%) terão maioria absoluta para redigir a nova Carta Magna. Os partidos da base do governo Boric tiveram 28% – O PCCH (Partido Comunista de Chile) será a maior força política, com 8% desse total. Mas, essa porcentagem de votos dos governistas não é suficiente para exercer o poder de veto. Quanto à *Concertação*, que governou Chile alternadamente com a direita pinochetista, teve 9%, e não terá constituintes. A denominada “centro-direita” (*Todos por Chile*, do ex-presidente Lagos) e a democracia-cristã (a única que não conforma a base aliada de Boric) foram praticamente dissolvidos como partidos. Completam esse quadro, os votos nulos, brancos e os que não foram votar: 40% do total do padrão.

Em uma reunião da Comissão de “notáveis”, composta juristas, advogados e parlamentares, foram apresentados os primeiros 16 Artigos do anteprojeto que será discutido pelo Conselho Constitucional, aprovando-se ainda – tanto pela ultradireita como pela “esquerda” – a “declara-

ção constitucional” de que o Chile é um “Estado social e democrático de direito”, e o reconhecimento dos povos indígenas, “como parte da nação chilena”, o “acesso igualitário de mulheres e homens nos mandatos eleitorais”, etc. O essencial, porém, é que, na mesma reunião, foram definidas as 12 “bordas constitucionais”, das quais o Conselho Constitucional não poderá sair, ao redigir a Constituição, dentre eles: o Chile será uma República Democrática, um Estado unitário e um Estado Social. Ou seja: se proclama que o objetivo é: **a)** a defesa do regime burguês, portanto, de sua base econômica, a grande propriedade privada; **b)** a negação de fato do direito à autodeterminação do povo Mapuche, o que significa que continuará sua opressão nacional, e o saque de seus territórios; e **c)** estabelece-se a necessidade de manter a política social de aumentos salariais e subsídios sociais, visando a impedir novos levantes, fazendo pequenas concessões às massas, bem como a garantir a combinação da educação e saúde privadas com a pública.

Em outras palavras: se manterá em pé a Constituição pinochetista, embora ajustada em sua retórica jurídica às exigências da “esquerda” reformista. Trata-se de um novo “Pacto Social”, em defesa do Estado de direito burguês, quer dizer, da manutenção da estrutura jurídica, econômica e política baseada na grande propriedade privada dos meios de produção. A declaração que reforça o caráter do país como República burguesa significa que se manterão em pé as instituições burguesas e, portanto, o papel de zelar pelos interesses da grande burguesia, que caberá às Forças Armadas. Não será aceita pela direita (tanto “liberal” quanto “conservadora”) e ultradireita, qualquer proposta de reformá-las ou democratizá-las.

A composição social dos constituintes é esclarecedora desses objetivos. A maioria dos direitistas e ultradireitistas são profissionais ou funcionários (deputados, advogados, empresários e comerciantes, ex-mi-

litares e ex-ministros, etc.). Ou seja, proprietários de meios de produção e exploradores de força de trabalho, bem como de agentes defensores da herança pinochetista. Os do governo são também, em sua maioria, profissionais e funcionários (professores, advogados, vereadores, deputados, etc.). Diferentemente da Constituinte de 2022, não há representantes mapuches eleitos em suas comunidades: apenas um, mas em representação do governismo; nem mesmo o pequeno contingente de operários e populares eleitos para a Constituinte de 2021, que participaram do levante de 2019.

Instalada em 4 de julho de 2022, após meses de debates inúteis, e sob vigilância do “Comitê Técnico de Admissibilidade” (que admitia ou rejeitava as propostas de acordo ao princípio do “Estado de direito instituído”), a Assembleia Constituinte foi impotente para cumprir as promessas de que se iria garantir o direito do povo Mapuche à autonomia perante o Estado burguês, aumento e ampliação do ensino público e gratuito, fim da aposentadoria privada e criação de um sistema público, fim da discriminação e desigualdade entre homens e mulheres, reformar as Forças Armadas, etc. A direita e ultradireita exerceram muito bem seu poder de veto, barrando todas essas “boas intenções” dos reformistas, que eram maioria naquela ocasião. Agora, a ultradireita, que foi derrotada nas eleições gerais de 2021, e tinha minoria na Constituinte, ergue-se vitoriosa, no momento em que o governo afunda na rejeição popular (65% o avalia como ruim ou péssimo). E terá mãos livres para preservar os fundamentos da Constituição pinochetista: saque do país pelos monopólios, manutenção da superexploração assalariada, e avanço à destruição de direitos, dentre outros, só que acomodando-os a uma nova retórica jurídica e legal.

Eis o resultado histórico do fracasso da Assembleia Constituinte, que nasceu como um aborto, após o desvio democratizante da insur-

rejeição das massas há quase 5 anos, e cujo texto constitucional foi rejeitado por 64% dos que votaram, porque não respondia às reivindicações que estiveram na base do levante de 2019. 45% da população sequer se deu o trabalho de ir votar pela rejeição ou aprovação. A traição aos objetivos instintivos dos explorados pelos reformistas e esquerdistas, que desviaram a luta de classes pelo caminho morto das ilusões democráticas, em última instância, reforçaram o poder burguês, e trouxeram de volta, ao primeiro plano da política, os partidos e agentes contra os quais as massas se revoltaram e combateram. Assim, a Constituinte revelou-se muito útil à burguesia: encerrou-se a crise pré-revolucionária, e garantiram-se seus interesses e instituições de sua ditadura de classe.

O que aconteceu, desde o levante operário e popular até a conformação do Conselho Constitucional, não é um paradoxo inexplicável da história, nem uma particularidade chilena. Mas, a manifestação das leis da revolução: uma crise pré-revolucio-

nária somente daria um salto para outra, revolucionária, se estiver presente nos acontecimentos da luta de classes uma direção assentada no programa revolucionário. Quer dizer: ou o levante abria caminho à revolução proletária, ou fatalmente avançaria a contrarrevolução burguesa. O desvio das massas pela via da farsesca democracia burguesa, da qual faz parte a Assembleia Constituinte, é um dos elos no percurso da contrarrevolução, que concluiu no desfecho reacionário da composição francamente pró-imperialista e defensora do pinochetismo para redigir a nova Carta Magna.

Na época de decomposição do capitalismo, decompõem-se também a democracia e instituições burguesas, o que impossibilita as reformas em benefício das massas e do país oprimido. Por isso, não tem qualquer importância aprovar ou rejeitar o novo texto, porque apenas será usado para reforçar as cadeias perante os exploradores. Qualquer que seja sua “forma” política conjuntural do regime, será uma arma dos exploradores

para reforçar sua ditadura de classe. O que importa realmente às massas é avançar para sua independência de classe e para os métodos da luta de classes, para defender e impor, pela força coletiva, suas reivindicações de classe a seus exploradores e seus governos de turno.

As condições de crise econômica e política, que impulsionaram o levante das massas e abriu caminho a uma crise pré-revolucionária, permanecem. As massas terão de se revoltar novamente, mais cedo ou tarde, contra o regime e suas instituições. Preparar a vanguarda com consciência de classe para esse momento, construindo o partido revolucionário e internacionalista da classe operária, é a tarefa prática a ser resolvida, se se tem por objetivo que o próximo levante insurrecional conflua com o programa, os métodos e as táticas da revolução proletária, eliminando dessa maneira o regime burguês e suas instituições, que desgraçam os explorados, abrindo finalmente o caminho à transição para o socialismo. ●

## **KOSOVO / Forças militares da OTAN reprimem as massas sérvias. Os explorados unidos devem expulsar imperialismo e avançar pelo caminho da luta revolucionária.**

Em Kosovo, milhares de sérvios impediram, na última semana de maio, a tomada de posse de prefeitos albaneses, eleitos em comícios sem a participação da maioria da população de origem sérvia. Após a tomada de prédios públicos, desfechou-se a repressão da KFOR, força militar da OTAN visando a garantir a posse dos prefeitos. Servindo-se de pedras, paus, bombas incendiárias e até armas de fogo, os sérvios confrontaram a KFOR. Foram feridos mais de 100 manifestantes e 30 militares da OTAN. O presidente sérvio, Aleksandar Vucic, mobilizou as forças armadas do país às fronteiras de Kosovo, região autônoma do país, e se diz disposto a garantir a segurança da maioria sérvia e a integralidade nacional, perante qualquer tentativa de autodeterminação. Vucic ainda acusa os prefeitos albaneses de desejarem provocar um conflito entre a OTAN e a Sérvia. Perante o perigo de deflagrar um choque militar entre as forças da OTAN ou uma guerra civil, houve um princípio de acordo entre a OTAN e a Sérvia para convocar novas eleições, desta vez com a participação dos sérvios.

A autodeclarada República Kosovar é produto da intervenção militar da OTAN contra a ex-república socialista da Iugoslávia, em 1999. A dissolução desse país, onde se expropriou a burguesia, e a conformação de inúmeras repúblicas

autônomas nacionais burguesas serviram aos interesses das potências imperialistas. Dissolvida a Iugoslávia e formada a República de Kosovo, essa passou a ser uma base de manobras da OTAN contra a República da Sérvia, aliada da Rússia. Ocorre que, com a formação da República “socialista” da Iugoslávia, a nacionalização da economia, o desenvolvimento das forças produtivas internas e elevação das condições de vida da população sobre essa base, favoreceu-se o relativo desenvolvimento das autonomias nacionais e equacionaram-se conjuntamente os conflitos. Porém, esses nunca acharam uma solução democrática, baseada na livre decisão dos explorados em seus organismos próprios. Agora, no momento em que as contradições capitalistas se aprofundam, e se desenvolve o choque entre o imperialismo e os Estados Operários degenerados, esses conflitos e choques entre nacionalidades são definidos pelo curso dos choques entre essas duas forças mundiais decisivas na guerra na Ucrânia. O agravamento das tensões em Kosovo ameaça se converter em um estopim para sua extensão por toda Europa. China e Rússia apoiam a Sérvia e defendem sua integralidade. O imperialismo e a OTAN agem no sentido contrário. Se avançar a crise, portanto, se abrirá caminho a conflitos em escala continental. O que acabamos de assinalar mostra o quanto

absurdo é o fato de o imperialismo condenar a Rússia por anexar o leste ucraniano, quando a OTAN ocupa militarmente Kosovo e defende sua separação da Sérvia – e pretende garanti-la até pela força das armas. No Leste ucraniano, a maioria da população é etnicamente russa, e votou para se unificar à Rússia. Em Kosovo, se pretendem impor autoridades e autodeterminação, contra a vontade e desejos da maioria da população, inclusive se isso significa romper a integridade territorial da Sérvia. Fazemos essa rápida comparação para mostrar que a defesa da integralidade da Ucrânia é uma arma da OTAN contra a Rússia, visando a cumprir seu objetivo de destruir o Estado operário degenerado, derrubar a burocracia, destruir a economia estatizada e, assim, transformá-la em semicolônia. A negação da integridade territorial da Sérvia, serve também ao mesmo objetivo estratégico. Em última instância, o objetivo imediato do imperialismo é usar Kosovo como moeda de troca com a Sérvia, para obrigar seu governo a romper com a Rússia, que até agora negou-se repetidamente a entregar armas para Ucrânia, e aplicar em seu país as sanções contra empresas russas.

Fica claro que o imperialismo nunca teve por objetivo re-

solver os conflitos nacionais que destroçaram a Iugoslávia, impulsionaram o enfrentamento entre sérvios e croatas e, agora, de albaneses e sérvios. Mas, os usa em função de seus interesses estratégicos. A resolução democrática das conflitivas relações nacionais em Kosovo não virá do imperialismo e de seus serviçais. Dependerá das massas albanesas e sérvias erguerem o programa de retomada dos passos dados na transição para o socialismo, da revolução proletária. A opressão de uma nacionalidade sobre a outra tem por base a propriedade privada dos meios de produção, é uma manifestação da exploração de classe, do capitalismo. Será reerguendo a propriedade nacionalizada, e reconstituindo o Estado Operário, baseado nos organismos e na democracia direta das massas organizadas, que se achará a solução democrática e política definitiva às conflituosas relações nacionais, e quais as formas federativas mais adequadas a essas.

A tarefa mais urgente, porém, é a de constituir um partido revolucionário e avançar à unidade das massas oprimidas contra seus inimigos de classe. É parte deste programa a bandeira da derrota militar da OTAN na Ucrânia e expulsão do imperialismo de seu próprio país. ●

## ARGENTINA / Governo argentino cada vez mais submetido ao FMI

No dia 15 de maio, o governo de Alberto Fernández e Cristina Kirchner (ainda que esta tenha críticas àquele) apresentou um pacote de medidas econômicas, com o objetivo aparente de conter a inflação, que já chega a 108%, nos últimos doze meses, e subsidiar produtos alimentícios para a população mais pobre.

As medidas anunciadas no dia 15 foram precedidas de negociações com o FMI no início do mês, para que o organismo internacional fizesse a liberação de desembolso para o país, no valor de US\$ 10,64 bilhões, entre junho e dezembro deste ano, já que, em função de uma seca que prejudicou a exportação de grãos, e uma corrida cambial que vem desde 2022, o país sofre com um esgotamento das reservas em dólar.

Para atender ao FMI, o governo, mais uma vez, aumentou a taxa básica de juros, que já está em 97% ao ano. O objetivo da medida é captar recursos de “investidores” (especuladores) e, assim, dar maior autonomia para o Banco Central Argentino intervir no câmbio da moeda, impedindo a desvalorização contínua do peso e a saída de mais reservas de dólar.

Como o aumento do juros é altamente impopular e tem efeitos recessivos imediatos em um país semicolonial, o governo também lançou duas medidas de intervenção para tentar conter esses efeitos. A primeira é diminuir a taxa de juros do programa “Ahora12”, que permite compras parceladas, de produtos do varejo e de alguns serviços. Isto é, busca garantir que a pequena burguesia continue com alguma atividade econômica, embora os dados revelem que a classe média, no país, só vem diminuindo, desde 2019, enquanto a pobreza tem crescido. Os dados de 2021 mostram que havia caído, de 51% para 45% (vivendo com renda entre US\$ 17 a US\$ 70 por dia), e que os pobres já eram 42% da população, sendo que 10,5% vivia na indigência.

Para amenizar a situação da miséria, o governo então lançou a segunda medida, por meio do Ministério do Comércio Interior, que busca baixar o preço de produtos in natura (frutas, verduras, legumes, carne) e secos não perecíveis (alimentos de primeira necessidade). Para isso, o Mercado Central buscará importar alimentos, e assumir o papel de importador interno, para garantir taxa zero. A medida, que pesará nas contas do governo, serve como um contraponto para balancear o desgaste neste ano eleitoral.

Sabemos que, nem a intervenção contínua no câmbio, nem medidas de incentivo ao consumo interno, poderão reverter as tendências mais gerais da inflação (importada pelo país, tanto nas transações de produtos quanto de capitais), e de recessão (colocadas também em um quadro mundial). A aposta do governo é que funcionem para os próximos meses, e permita a manutenção da frente eleitoral, mesmo que Fernández e Kirchner não sejam candidatos, dada a impopularidade geral. De qualquer forma, qualquer novo governo estará ainda mais submetido ao FMI e às políticas de austeridade fiscal, que agravarão a crise interna, e potenciarão a luta de classes, com maiores choques de setores das massas com qualquer governo de plantão.

As massas oprimidas argentinas não encontrarão em nenhum outro governo burguês, como não encontraram no atual, qualquer possibilidade de solução de seus problemas mais sentidos. Diante da aproximação da disputa eleitoral burguesa, os exploradores farão de tudo para arrastá-las para o engodo das eleições. É preciso se opor a esse caminho de derrota e frustração certas, organizando e unificando as massas sobre a base de uma plataforma de reivindicações, erguidas e defendidas por meio dos métodos próprios da luta de classes e com real independência de classe diante da burguesia, de seus partidos e instituições. ●